

# SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: PROPEDÊUTICA, ESTADO DO CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS



**ADELICIO MACHADO DOS SANTOS**

2026

Adelcio Machado dos Santos

# **SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

**propedêutica, estado do conhecimento e  
perspectivas**

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



**EDITORA NOVUS**

SÃO LUÍS - MA - 2026

 [WWW.EDITORANOVUS.COM.BR](http://WWW.EDITORANOVUS.COM.BR)  [EDITORANOVUS@GMAIL.COM](mailto:EDITORANOVUS@GMAIL.COM)

### **Diagramação e Edição**

Eduardo Mendonça Pinheiro

### **Edição de Arte**

Romilson Carneiro Rodrigues

### **Conteudista**

Adelcio Machado dos Santos © 2026

### **Normalização**

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior

© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.



### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**S237s**

Santos, Adelcio Machado dos

Sociologia do desenvolvimento: propedêutica, estado do conhecimento e perspectivas. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

68 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-37-0

DOI: 10.29327/5842340

1. Sociologia do desenvolvimento. 2. Desenvolvimento multidimensional. 3. Desigualdade social. 4. Globalização. 5. Sustentabilidade. I. Título.

CDU: 316.42

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

## CONSELHO EDITORIAL

Dr<sup>a</sup> Anali Linhares Lima  
M.Sc. Alan Jeffeson Lima de Moraes  
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia  
Dr<sup>a</sup> Anna Christina Sanazario de Oliveira  
Dr<sup>a</sup> Aurea Maria Barbosa de Sousa  
Dr<sup>a</sup> Camila Pinheiro Nobre  
Dr. Claudio Alves Benassi  
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua  
Dr<sup>a</sup> Claudiene Diniz da Silva  
Dr. Diogo Guagliardo Neves  
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira  
Dr<sup>a</sup> Elba Pereira Chaves  
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior  
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro  
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda  
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan  
Dr. George Alberto da Silva Dias  
Dr<sup>a</sup> Gerbeli de Mattos Salgado Mochel  
Dr<sup>a</sup> Giselle Cutrim de Oliveira Santos  
Dr<sup>a</sup> Herlane de Olinda Vieira Barros  
Dr<sup>a</sup> Ivete Furtado Ribeiro Caldas  
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro  
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub  
Dr. Leonardo França da Silva  
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda  
Dr<sup>a</sup> Luciara Bilhalva Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Luana Martins Cantanhede  
Dr<sup>a</sup> Maria Raimunda Chagas Silva  
Dr<sup>a</sup> Marina Bezerra Figueiredo  
M.Sc. Mayanne Camara Serra  
Dr<sup>a</sup> Michela Costa Batista  
Dr. Moisés dos Santos Rocha  
Dr<sup>a</sup> Priscila Xavier de Araújo  
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita  
Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Silva de Oliveira  
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha  
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes  
Dr<sup>a</sup> Samantha Ariadne Alves de Freitas  
Dr<sup>a</sup> Sandra Imaculada Moreira Neto  
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho  
Dr<sup>a</sup> Sinara de Fátima Freire dos Santos  
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar  
Dr<sup>a</sup> Thais Roseli Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Thalita Karolline de Queiroz Pereira  
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira  
Dr. Wellinton de Assunção  
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse [www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/](http://www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/) para conhecer os membros do Corpo Editorial

### **Parecer editorial e avaliação por pares**

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

**Nota editorial:** Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado à memória  
de Casildo Maldaner

“O subdesenvolvimento não é uma fase anterior ao desenvolvimento, mas uma forma histórica e estrutural de organização do capitalismo mundial”  
(FURTADO, 1974, p. 28).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

## BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. **Adalcio Machado dos Santos** é sociólogo (MT/SC 222) e economista (CORECON/SC 3840).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Administração. Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Direito, Ciências Econômicas e Sociologia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Gestão Urbana, Filosofia da Psicanálise, Constitucionalismo, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 109 livros, 166 capítulos de livros e 453 artigos científicos.

# RESUMO

A Sociologia do Desenvolvimento constitui um campo interdisciplinar que se dedica à análise das transformações sociais, econômicas e políticas associadas aos processos de desenvolvimento em diferentes contextos históricos e geográficos. Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sistematizada acerca da Sociologia do Desenvolvimento, enfatizando sua dimensão propedêutica, o estado do conhecimento e as perspectivas futuras. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão de literatura, com base em autores clássicos e contemporâneos, bem como em produções acadêmicas recentes indexadas em bases reconhecidas. A análise evidencia que o conceito de desenvolvimento passou por profundas transformações ao longo do tempo, deslocando-se de uma visão economicista centrada no crescimento do Produto Interno Bruto para abordagens multidimensionais que incorporam aspectos sociais, culturais, ambientais e institucionais. Destacam-se contribuições teóricas relevantes, como a teoria da modernização, a teoria da dependência, o estruturalismo latino-americano e as abordagens críticas contemporâneas, incluindo o desenvolvimento sustentável, o pós-desenvolvimento e as epistemologias do Sul. No estado atual do conhecimento, observa-se a ampliação do campo com a incorporação de temáticas como desigualdade social, globalização, governança, inovação e justiça social. No que se refere às perspectivas futuras, a Sociologia do Desenvolvimento aponta para a necessidade de construção de modelos mais inclusivos, sustentáveis e plurais, capazes de responder aos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, as crises econômicas e as transformações tecnológicas. Conclui-se que o campo permanece em constante evolução, sendo fundamental para a compreensão crítica das dinâmicas sociais e para a formulação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Sociologia do desenvolvimento; desenvolvimento; crescimento econômico; desigualdade social.

# ABSTRACT

The Sociology of Development constitutes an interdisciplinary field dedicated to analyzing the social, economic, and political transformations associated with development processes across different historical and geographical contexts. This study aims to conduct a systematized bibliographic review of the Sociology of Development, emphasizing its propaedeutic dimension, the state of knowledge, and future perspectives. Methodologically, this is a qualitative research of exploratory and descriptive nature, based on a literature review drawing from classical and contemporary authors, as well as recent academic publications indexed in recognized databases. The analysis reveals that the concept of development has undergone profound transformations over time, shifting from an economistic perspective centered on Gross Domestic Product growth to multidimensional approaches that incorporate social, cultural, environmental, and institutional aspects. Relevant theoretical contributions are highlighted, including modernization theory, dependency theory, Latin American structuralism, and contemporary critical approaches such as sustainable development, post-development, and Southern epistemologies. In the current state of knowledge, there is an expansion of the field with the incorporation of themes such as social inequality, globalization, governance, innovation, and social justice. Regarding future perspectives, the Sociology of Development points to the need for constructing more inclusive, sustainable, and plural models capable of addressing contemporary challenges such as climate change, economic crises, and technological transformations. It is concluded that the field remains in constant evolution and is essential for critically understanding social dynamics and for formulating public policies oriented toward human development.

**Keywords:** Sociology of development; development; economic growth; social inequality.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
<b>FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO</b>	
CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO .....	18
ORIGEM DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO .....	21
PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS CLÁSSICAS.....	24
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
<b>ESTADO DO CONHECIMENTO NA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO</b>	
PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	30
TEMAS EMERGENTES.....	33
DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA .....	35
NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS E LACUNAS NA LITERATURA .....	38
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
<b>PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS</b>	
DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO .....	44
SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE .....	47
DESIGUALDADES SOCIAIS E INCLUSÃO .....	49
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO .....	53
PERSPECTIVAS FUTURAS DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO .....	55
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>59</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>63</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>67</b>



Capítulo 1

INTRODUÇÃO



A Sociologia do Desenvolvimento constitui um campo de investigação que emerge da necessidade de compreender os processos históricos, sociais, econômicos e políticos que condicionam o desenvolvimento das sociedades. Desde meados do século XX, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento passou a ser concebido como um objetivo estratégico das nações, sobretudo daquelas classificadas como “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento”. Nesse cenário, a Sociologia do Desenvolvimento consolidou-se como uma área interdisciplinar, dialogando com a Economia, a Ciência Política, a Antropologia e a Geografia, buscando interpretar as dinâmicas estruturais que produzem desigualdades e assimetrias no sistema internacional.

Inicialmente, o conceito de desenvolvimento esteve fortemente associado ao crescimento econômico, sendo mensurado principalmente por indicadores quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, ao longo das décadas, essa concepção mostrou-se limitada para explicar as múltiplas dimensões que compõem a realidade social. A partir de críticas teóricas e evidências empíricas, passou-se a incorporar variáveis sociais, culturais e ambientais, ampliando o entendimento do desenvolvimento para além do aspecto econômico. Nesse sentido, o desenvolvimento passou a ser compreendido como um processo multidimensional, que envolve a melhoria das condições de vida, a redução das desigualdades sociais, a ampliação das liberdades individuais e o respeito à diversidade cultural e ambiental.

Nesse percurso, diferentes correntes teóricas contribuíram para a construção do campo da Sociologia do Desenvolvimento. A teoria da modernização, predominante nas décadas de 1950 e 1960, defendia que todas as sociedades seguiriam um caminho linear de evolução, partindo de estágios tradicionais rumo à modernidade, tomando como referência os países industrializados. Essa perspectiva, embora influente, foi amplamente criticada por seu caráter eurocêntrico e por desconsiderar as especificidades históricas e culturais dos países periféricos.

Em contraposição, a teoria da dependência, desenvolvida principalmente na América Latina, destacou as relações de dominação entre países centrais e periféricos, argumentando que o subdesenvolvimento não seria uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pelas relações desiguais no sistema capitalista global. Autores dessa vertente enfatizaram que o desenvolvimento de alguns países ocorre à custa da exploração de outros, evidenciando a natureza histórica e relacional das desigualdades globais.

Posteriormente, a teoria do sistema-mundo aprofundou essa análise ao propor que o capitalismo deve ser compreendido como um sistema histórico global, estruturado em centros, semiperiferias e periferias. Essa abordagem permitiu uma leitura mais abrangente das dinâmicas econômicas e políticas internacionais, destacando a interdependência entre as diferentes regiões do mundo. Nas últimas décadas, o campo da Sociologia do Desenvolvimento passou por importantes transformações teóricas e metodológicas. Novas abordagens emergiram, como o pós-desenvolvimento e as perspectivas decoloniais, que questionam a própria ideia de desenvolvimento como um projeto universal e linear. Essas correntes criticam a imposição de modelos ocidentais de progresso e defendem a valorização de saberes locais, modos de vida alternativos e formas plurais de organização social. Nesse contexto, o desenvolvimento deixa de ser visto como um destino único e passa a ser concebido como um processo plural, situado e

historicamente construído.

Paralelamente, temas contemporâneos ganharam centralidade no debate, como a sustentabilidade ambiental, as mudanças climáticas, a desigualdade social, a globalização e os impactos das transformações tecnológicas. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, representa um marco importante na redefinição das prioridades globais, ao estabelecer objetivos que integram dimensões econômicas, sociais e ambientais. A incorporação dessas novas agendas reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares e críticas, capazes de compreender a complexidade dos desafios contemporâneos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental realizar um levantamento sistemático da produção científica no campo da Sociologia do Desenvolvimento, a fim de identificar suas principais tendências, avanços e lacunas. O estado do conhecimento permite não apenas mapear o que já foi produzido, mas também orientar novas agendas de pesquisa, contribuindo para o aprofundamento teórico e metodológico da área. Nesse sentido, a revisão bibliográfica assume um papel central, possibilitando a análise crítica das diferentes correntes teóricas e a identificação de convergências e divergências entre os autores.

A presente monografia insere-se nesse contexto, propondo-se a analisar a Sociologia do Desenvolvimento a partir de três eixos fundamentais: a propedêutica, o estado do conhecimento e as perspectivas futuras. O eixo propedêutico visa apresentar os fundamentos teóricos e conceituais que estruturam o campo, proporcionando uma base sólida para a compreensão das discussões subsequentes. Já o estado do conhecimento busca sistematizar a produção científica existente, destacando os principais temas, abordagens e tendências que caracterizam o campo na contemporaneidade. Por fim, o eixo das perspectivas tem como objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades futuras da Sociologia do Desenvolvimento, considerando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas em curso.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: como a Sociologia do Desenvolvimento tem evoluído em termos teóricos e temáticos, e quais são as principais perspectivas e desafios que se colocam para o campo na contemporaneidade? Essa questão central desdobra-se em outras indagações, tais como: quais são os principais referenciais teóricos que sustentam o campo? Quais temas têm sido mais recorrentes na produção científica recente? Quais lacunas ainda persistem? E quais caminhos podem ser apontados para o avanço das pesquisas na área?

Logo, o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução teórica e temática da Sociologia do Desenvolvimento, identificando suas principais abordagens, tendências e perspectivas. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) apresentar os fundamentos conceituais e teóricos do campo; (ii) mapear o estado do conhecimento por meio da análise da produção científica; (iii) identificar os principais debates contemporâneos; e (iv) discutir as perspectivas futuras da área. A justificativa para a realização deste estudo reside na relevância crescente das discussões sobre desenvolvimento em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, crises ambientais e transformações tecnológicas aceleradas. A compreensão desses fenômenos exige uma abordagem crítica e interdisciplinar, capaz de articular diferentes dimensões da realidade social.

Além disso, a sistematização do conhecimento produzido no campo da So-

ciologia do Desenvolvimento contribui para o fortalecimento da área, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para pesquisadores, estudantes e formuladores de políticas públicas. Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória. A pesquisa foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais, como Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e Google Scholar. Os critérios de seleção das fontes incluíram a relevância acadêmica, a atualidade das publicações e a pertinência temática. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, buscando identificar padrões, tendências e lacunas na produção científica.

A estrutura do trabalho está organizada de forma a proporcionar uma compreensão progressiva do tema. Após esta introdução, o primeiro capítulo aborda os fundamentos da Sociologia do Desenvolvimento, apresentando suas principais correntes teóricas e conceitos-chave. O segundo capítulo dedica-se ao estado do conhecimento, analisando a produção científica e os principais temas emergentes. O terceiro capítulo discute as perspectivas contemporâneas e os desafios futuros do campo. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo e apontam caminhos para futuras pesquisas.



Capítulo 2

**FUNDAMENTOS DA  
SOCIOLOGIA DO  
DESENVOLVIMENTO**



A Sociologia do Desenvolvimento constitui um campo analítico fundamental para a compreensão das transformações sociais, econômicas e políticas que marcam a trajetória das sociedades modernas e contemporâneas. Sua relevância decorre da necessidade de interpretar criticamente os processos de crescimento, desigualdade, modernização e mudança estrutural em escala global, especialmente no contexto das assimetrias entre países centrais e periféricos. Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam o campo, abordando o conceito de desenvolvimento, a origem da Sociologia do Desenvolvimento e suas principais correntes teóricas clássicas, estabelecendo uma base analítica que orienta as discussões dos capítulos subsequentes.

O conceito de desenvolvimento, inicialmente associado ao crescimento econômico, passou por profundas transformações ao longo do tempo, refletindo mudanças paradigmáticas no pensamento social e nas práticas políticas. Nas primeiras formulações, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento era entendido como sinônimo de industrialização, aumento da produtividade e expansão do PIB. Essa visão quantitativa e economicista, fortemente influenciada pela economia neoclássica e pelas teorias da modernização, considerava o desenvolvimento como um processo linear e universal, no qual todas as sociedades deveriam seguir o modelo das nações industrializadas (Rostow, 1960).

Contudo, essa abordagem revelou-se insuficiente para explicar as complexidades do fenômeno, sobretudo diante da persistência das desigualdades sociais e da exclusão em países considerados “em desenvolvimento”. A partir das décadas de 1970 e 1980, emergiram críticas que ampliaram o conceito de desenvolvimento, incorporando dimensões sociais, políticas e culturais. Nesse contexto, autores como Amartya Sen propuseram uma redefinição do desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas, enfatizando a importância do acesso à educação, saúde, participação política e condições dignas de vida (Sen, 2010). Essa perspectiva contribuiu significativamente para a construção de indicadores mais abrangentes, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera múltiplas dimensões do bem-estar.

Além disso, a noção de desenvolvimento sustentável ganhou centralidade a partir da década de 1980, especialmente com o Relatório Brundtland, que destacou a necessidade de conciliar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental (World Commission on Environment and Development, 1987). Essa abordagem tornou-se ainda mais relevante no século XXI, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela degradação ambiental e pela escassez de recursos naturais. Assim, o desenvolvimento passou a ser compreendido como um processo multidimensional e interdependente, que exige soluções integradas e sustentáveis.

No campo sociológico, o desenvolvimento é analisado como um fenômeno histórico e socialmente construído, condicionado por relações de poder, estruturas institucionais e dinâmicas culturais. Nesse sentido, não se trata apenas de um processo técnico ou econômico, mas de uma construção social que reflete interesses, valores e conflitos. Essa perspectiva crítica permite compreender que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, mas é marcado por desigualdades estruturais que se manifestam tanto no âmbito interno das sociedades quanto nas relações internacionais (Cardoso; Faletto, 1970).

A origem da Sociologia do Desenvolvimento está diretamente relacionada ao contexto geopolítico e econômico do pós-Segunda Guerra Mundial, período marcado pela reconstrução europeia, pela descolonização da África e da Ásia e pela intensificação da Guerra Fria. Nesse cenário, o desenvolvimento tornou-se uma agenda central para organismos internacionais, governos e instituições acadêmicas, que passaram a investir na produção de conhecimento voltado para a promoção do crescimento econômico e da estabilidade social.

A institucionalização do campo ocorreu principalmente nas décadas de 1950 e 1960, com a consolidação de programas de pesquisa e a formulação de teorias que buscavam explicar as diferenças de desenvolvimento entre países. A teoria da modernização, uma das primeiras abordagens sistemáticas, emergiu nesse contexto como um paradigma dominante, propondo que as sociedades tradicionais deveriam adotar valores, instituições e práticas das sociedades modernas para alcançar o desenvolvimento (Parsons, 1964). Essa perspectiva estava alinhada aos interesses políticos das potências ocidentais, que viam no desenvolvimento uma estratégia para conter a expansão do socialismo.

Entretanto, a partir da década de 1960, especialmente na América Latina, surgiram críticas contundentes a essa abordagem, dando origem à teoria da dependência. Essa corrente teórica argumentava que o subdesenvolvimento não era uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural resultante da inserção subordinada dos países periféricos na economia capitalista global. Autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto destacaram que as relações de dependência econômica e política limitavam as possibilidades de desenvolvimento autônomo, reproduzindo desigualdades e restringindo a soberania nacional (Cardoso; Faletto, 1970).

A partir dessas críticas, o campo da Sociologia do Desenvolvimento passou a incorporar uma visão mais complexa e relacional, reconhecendo a importância das estruturas globais e das relações de poder na configuração dos processos de desenvolvimento. Nesse sentido, a teoria do sistema-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein, representou um avanço significativo ao analisar o capitalismo como um sistema histórico global, estruturado em centro, semiperiferia e periferia. Essa abordagem permitiu compreender a dinâmica de exploração e acumulação em escala mundial, evidenciando a interdependência entre as diferentes regiões (Wallerstein, 2004).

As principais correntes teóricas clássicas da Sociologia do Desenvolvimento refletem diferentes interpretações sobre as causas e os caminhos do desenvolvimento. A teoria da modernização, por exemplo, baseia-se na ideia de que o desenvolvimento é um processo linear e progressivo, no qual as sociedades evoluem de formas tradicionais para modernas. Essa abordagem enfatiza fatores internos, como cultura, valores e instituições, como determinantes do desenvolvimento, sendo amplamente criticada por seu caráter etnocêntrico e por ignorar as relações internacionais (Rostow, 1960; Parsons, 1964).

Por outro lado, a teoria da dependência desloca o foco para fatores externos, destacando a influência das relações econômicas globais na produção do subdesenvolvimento. Essa perspectiva enfatiza a exploração dos países periféricos pelos países centrais, argumentando que o desenvolvimento de uns ocorre à custa da estagnação de outros (Frank, 1967). Embora tenha contribuído significativamente para a compreensão das desigualdades globais, essa abordagem tam-

bém foi criticada por seu determinismo estrutural e por subestimar a capacidade de ação dos atores locais.

A teoria do sistema-mundo, por sua vez, busca integrar elementos das abordagens anteriores, oferecendo uma análise mais abrangente das dinâmicas globais. Ao considerar o capitalismo como um sistema histórico em constante transformação, essa perspectiva permite compreender as mudanças nas posições relativas dos países e as possibilidades de mobilidade dentro do sistema (Wallerstein, 2004). Além disso, destaca a importância das crises sistêmicas e das transformações estruturais na reconfiguração das relações internacionais.

Nas últimas décadas, novas abordagens têm emergido no campo da Sociologia do Desenvolvimento, ampliando e complexificando o debate. Entre elas, destacam-se as perspectivas pós-desenvolvimentistas e decoloniais, que questionam a universalidade do conceito de desenvolvimento e criticam a imposição de modelos ocidentais às sociedades do Sul Global. Autores como Arturo Escobar argumentam que o desenvolvimento, enquanto discurso, contribuiu para a marginalização de saberes locais e para a reprodução de relações de poder (Escobar, 2012).

Essas novas abordagens, embora não substituam as teorias clássicas, contribuem para uma compreensão mais plural e crítica do desenvolvimento, incorporando dimensões culturais, identitárias e ambientais. Nesse sentido, o campo da Sociologia do Desenvolvimento permanece em constante transformação, refletindo as mudanças nas dinâmicas globais e nas agendas de pesquisa.

## CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento constitui um dos pilares centrais da Sociologia do Desenvolvimento e, ao mesmo tempo, um dos mais complexos e disputados no âmbito das ciências sociais. Sua construção teórica não é linear, mas resulta de um processo histórico marcado por mudanças paradigmáticas, disputas ideológicas e transformações nas dinâmicas econômicas e sociais globais (Escobar, 2012). Ao longo do tempo, o desenvolvimento deixou de ser compreendido exclusivamente como crescimento econômico para assumir um caráter multidimensional, incorporando dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais. Essa evolução conceitual reflete não apenas o amadurecimento teórico do campo, mas também a necessidade de responder aos desafios concretos enfrentados pelas sociedades contemporâneas.

Nas primeiras formulações, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento foi amplamente associado ao crescimento econômico, sendo medido por indicadores quantitativos como o PIB e a renda per capita. Essa abordagem, fortemente influenciada pela economia neoclássica e pelas teorias da modernização, partia do pressuposto de que o aumento da produção e da renda levaria automaticamente à melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, o desenvolvimento era concebido como um processo linear e universal, no qual todas as sociedades deveriam seguir o caminho trilhado pelos países industrializados (Rostow, 1960).

A teoria dos estágios do crescimento econômico, proposta por Walt Whitman Rostow, é emblemática dessa perspectiva. Segundo o autor, as sociedades

passariam por cinco estágios evolutivos, desde a sociedade tradicional até a era do consumo de massa, sendo o desenvolvimento entendido como a transição entre esses estágios. Essa concepção, embora tenha exercido grande influência nas políticas de desenvolvimento do período, foi posteriormente criticada por seu caráter etnocêntrico e por desconsiderar as especificidades históricas, culturais e estruturais dos países periféricos (Rostow, 1960; Todaro; Smith, 2020).

A partir das décadas de 1960 e 1970, emergiram críticas significativas a essa visão reducionista do desenvolvimento. Estudos empíricos demonstraram que o crescimento econômico não necessariamente se traduzia em melhoria das condições de vida da população, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais profundas. Nesse cenário, passou-se a questionar a ideia de que o desenvolvimento poderia ser reduzido a indicadores econômicos, abrindo espaço para abordagens mais abrangentes e críticas (Seers, 1969).

Dudley Seers foi um dos pioneiros na crítica à centralidade do crescimento econômico como medida de desenvolvimento. Para o autor, o verdadeiro desenvolvimento deveria ser avaliado a partir da redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade. Assim, o desenvolvimento deixava de ser uma questão meramente quantitativa para assumir uma dimensão qualitativa, centrada no bem-estar social e na justiça distributiva. Essa perspectiva contribuiu para a incorporação de indicadores sociais nas análises de desenvolvimento, ampliando o escopo do conceito (Seers, 1969).

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Amartya Sen, cuja abordagem das capacidades representou um marco na redefinição do conceito de desenvolvimento. Para Sen, o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, ou seja, a capacidade de as pessoas viverem a vida que valorizam. Essa abordagem desloca o foco dos meios (renda, crescimento econômico) para os fins do desenvolvimento (liberdade, bem-estar, dignidade), enfatizando a importância de fatores como educação, saúde, participação política e segurança (Sen, 2010).

A perspectiva de Sen influenciou diretamente a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que combina indicadores de renda, educação e longevidade. O IDH representa uma tentativa de operacionalizar uma visão mais ampla do desenvolvimento, incorporando dimensões essenciais do bem-estar humano. No entanto, apesar de seus avanços, o índice também apresenta limitações, especialmente no que se refere à captação de desigualdades internas e aspectos qualitativos da vida social (UNDP, 2020).

Paralelamente à ampliação do conceito de desenvolvimento, ganhou destaque a noção de desenvolvimento sustentável, especialmente a partir da publicação do Relatório Brundtland, em 1987. Esse documento definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Essa abordagem introduz uma dimensão intergeracional ao conceito de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de conciliar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental (World Commission on Environment and Development, 1987).

No século XXI, a sustentabilidade tornou-se um elemento central nas agendas globais, sendo incorporada em iniciativas como a Agenda 2030 e os Objeti-

vos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses instrumentos refletem uma visão integrada do desenvolvimento, que reconhece a interdependência entre as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, destacam a importância da governança global, da cooperação internacional e da participação social na promoção do desenvolvimento (Sachs, 2015).

Do ponto de vista sociológico, o desenvolvimento é compreendido como um processo histórico e socialmente construído, condicionado por relações de poder, estruturas institucionais e dinâmicas culturais. Essa perspectiva crítica permite problematizar a ideia de desenvolvimento como um modelo universal, evidenciando que diferentes sociedades possuem trajetórias, valores e prioridades distintas. Nesse sentido, o desenvolvimento não pode ser imposto de forma homogênea, mas deve ser construído a partir das especificidades locais e da participação dos atores sociais (Cardoso; Faletto, 1970).

A teoria da dependência, por exemplo, contribuiu para essa reflexão ao demonstrar que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pelas relações desiguais no sistema capitalista global. Essa abordagem enfatiza a importância dos fatores externos, como a inserção internacional e as relações de poder entre países, na determinação das trajetórias de desenvolvimento (Frank, 1967; Cardoso; Faletto, 1970).

Mais recentemente, Escobar (2012) compreende que as abordagens pós-desenvolvimentistas e decoloniais têm aprofundado essa crítica, questionando a própria ideia de desenvolvimento como um projeto universal. Segundo Arturo Escobar, o desenvolvimento pode ser entendido como um discurso que legitima práticas de intervenção e controle sobre os países do Sul Global, reproduzindo relações de dominação e marginalizando saberes locais. Essas perspectivas defendem a valorização de alternativas ao desenvolvimento, baseadas em princípios como autonomia, diversidade cultural e sustentabilidade.

Nesse contexto, conceitos como “bem viver” (*buen vivir*), inspirados em cosmovisões indígenas da América Latina, têm ganhado destaque como alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Essas abordagens propõem uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza, enfatizando a coletividade, a solidariedade e o respeito à diversidade. Embora ainda enfrentem desafios em termos de operacionalização, essas perspectivas contribuem para ampliar o debate e questionar paradigmas estabelecidos (Gudynas, 2011).

Além das dimensões teóricas, o conceito de desenvolvimento também está profundamente relacionado às práticas políticas e às estratégias de intervenção. Políticas públicas, programas sociais e iniciativas internacionais são frequentemente orientados por diferentes concepções de desenvolvimento, refletindo interesses, valores e prioridades distintos. Nesse sentido, o desenvolvimento não é apenas um conceito analítico, mas também um campo de disputa política e ideológica.

A globalização, por sua vez, introduziu novos elementos na discussão sobre desenvolvimento, ao intensificar a interdependência entre as economias e ampliar a circulação de capitais, bens, informações e pessoas. Embora tenha contribuído para o crescimento econômico em diversas regiões, a globalização também acentuou desigualdades e vulnerabilidades, evidenciando a necessidade de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e equitativos (Stiglitz, 2002).

Outro aspecto relevante na contemporaneidade é o papel da tecnologia no desenvolvimento. A chamada Indústria 4.0 e as transformações digitais têm impactado profundamente os mercados de trabalho, os sistemas produtivos e as formas de organização social. Embora ofereçam oportunidades para o crescimento e a inovação, essas mudanças também colocam desafios relacionados à exclusão digital, à precarização do trabalho e à concentração de poder econômico (Schwab, 2016).

Diante desse panorama, torna-se evidente que o conceito de desenvolvimento não pode ser reduzido a uma definição única e universal. Para Sachs (2015), ao contrário, trata-se de um conceito dinâmico, plural e em constante construção, que reflete as transformações sociais e os debates teóricos ao longo do tempo. Sua compreensão exige uma abordagem interdisciplinar e crítica, capaz de articular diferentes dimensões da realidade e considerar as especificidades históricas e culturais de cada contexto.

## ORIGEM DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A origem da Sociologia do Desenvolvimento está intrinsecamente vinculada às transformações históricas, políticas e econômicas que marcaram o mundo a partir da segunda metade do século XX, especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esse contexto foi caracterizado por profundas reconfigurações geopolíticas, pela emergência de novos Estados nacionais decorrentes dos processos de descolonização na África e na Ásia, e pela intensificação das disputas ideológicas no âmbito da Guerra Fria (Hettne, 2009). Nesse cenário, o desenvolvimento passou a ser concebido não apenas como um objetivo econômico, mas como uma estratégia política e social voltada à estabilidade internacional, à contenção de conflitos e à consolidação de modelos de organização social.

Conforme Escobar (2012), a Sociologia do Desenvolvimento emerge, portanto, como um campo de conhecimento que busca compreender e explicar os processos de mudança social associados ao desenvolvimento, articulando dimensões econômicas, políticas, culturais e institucionais. Seu surgimento está diretamente relacionado à necessidade de interpretar as diferenças entre países considerados “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, bem como de formular estratégias que possibilitassem a superação dessas desigualdades. Nesse sentido, o campo assume desde sua gênese um caráter normativo e aplicado, orientado tanto pela análise crítica quanto pela proposição de políticas públicas.

Do ponto de vista histórico, a consolidação da Sociologia do Desenvolvimento ocorre no contexto da institucionalização das ciências sociais no pós-guerra, período em que universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais passaram a investir significativamente na produção de conhecimento sobre desenvolvimento. Instituições como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenharam papel central na difusão de conceitos, indicadores e metodologias voltadas à mensuração e promoção do desenvolvimento. Essa articulação entre produção acadêmica e interesses institucionais contribuiu para a consolidação de um campo interdisciplinar, no qual a sociologia dialoga com a economia, a ciência política e a antropologia (Hettne, 2009).

Um dos marcos iniciais do campo foi a formulação da teoria da moderniza-

ção, que se consolidou nas décadas de 1950 e 1960 como o paradigma dominante na análise do desenvolvimento. Essa abordagem, fortemente influenciada pelo funcionalismo sociológico, especialmente pelas contribuições de Talcott Parsons, concebia o desenvolvimento como um processo linear e evolutivo, no qual as sociedades transitariam de formas tradicionais para modernas. Nesse modelo, as sociedades ocidentais industrializadas eram tomadas como referência, sendo consideradas o estágio mais avançado de desenvolvimento (Parsons, 1964).

Walt Whitman Rostow, um dos principais expoentes dessa corrente, propôs um modelo de estágios do crescimento econômico, no qual o desenvolvimento seria alcançado por meio de uma sequência de fases que culminariam na sociedade de consumo de massa. Essa perspectiva enfatizava fatores internos, como a adoção de valores modernos, o investimento em capital humano e a institucionalização de práticas econômicas racionais (Rostow, 1960). No entanto, essa abordagem foi amplamente criticada por seu caráter etnocêntrico e por desconsiderar as especificidades históricas e estruturais dos países periféricos.

A crítica à teoria da modernização deu origem a uma das mais importantes correntes da Sociologia do Desenvolvimento: a teoria da dependência. Desenvolvida principalmente na América Latina a partir da década de 1960, essa abordagem propõe uma inversão analítica ao deslocar o foco das causas internas para as relações externas que condicionam o desenvolvimento. Segundo essa perspectiva, o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pela inserção subordinada dos países periféricos na economia capitalista global (Frank, 1967).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto aprofundaram essa análise ao enfatizar a dimensão política das relações de dependência, destacando o papel das elites locais e das alianças internas na reprodução das estruturas de desigualdade. Para esses autores, o desenvolvimento dependente é possível, mas ocorre de forma limitada e condicionada por interesses externos, o que restringe a autonomia dos países periféricos (Cardoso; Faletto, 1970). Essa contribuição foi fundamental para a consolidação de uma perspectiva crítica no campo da Sociologia do Desenvolvimento, ao evidenciar que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo histórico e relacional.

Outras abordagens emergiram com o objetivo de compreender as dinâmicas globais do capitalismo e suas implicações para o desenvolvimento. A teoria do sistema-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein, representa um avanço significativo nesse sentido, ao conceber o capitalismo como um sistema histórico global estruturado em centro, semiperiferia e periferia. Essa abordagem destaca a interdependência entre as diferentes regiões do mundo e evidencia como as relações de exploração e acumulação se reproduzem em escala global (Wallerstein, 2004).

A partir da década de 1980, o campo da Sociologia do Desenvolvimento passou por um processo de reconfiguração, impulsionado por mudanças no cenário internacional, como a crise do modelo fordista, a ascensão do neoliberalismo e a intensificação da globalização. Nesse contexto, novas agendas de pesquisa emergiram, ampliando o escopo do campo e incorporando temas como desigualdade social, sustentabilidade ambiental, governança global e direitos humanos. Essas transformações refletiram a necessidade de compreender o desenvolvimento em um contexto mais complexo e dinâmico, marcado por múltiplas

interações e desafios.

A crítica ao modelo desenvolvimentista tradicional também se intensificou nesse período, dando origem a abordagens alternativas, como o pós-desenvolvimento. Essa corrente questiona a própria ideia de desenvolvimento como um projeto universal, argumentando que ela está baseada em pressupostos ocidentais que não necessariamente se aplicam a outras realidades. Arturo Escobar, um dos principais representantes dessa perspectiva, sustenta que o desenvolvimento deve ser entendido como um discurso que produz formas específicas de conhecimento e poder, contribuindo para a marginalização de saberes locais e a imposição de modelos exógenos (Escobar, 2012).

Além disso, as perspectivas decoloniais têm ganhado destaque no campo da Sociologia do Desenvolvimento, ao enfatizar a necessidade de superar o eurocentrismo e valorizar epistemologias do Sul. Autores como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo destacam que o desenvolvimento está profundamente imbricado com a colonialidade do poder, sendo necessário repensar as bases epistemológicas do campo para construir alternativas mais inclusivas e plurais (Quijano, 2005; Mignolo, 2011).

Outro aspecto relevante na origem e evolução da Sociologia do Desenvolvimento diz respeito à sua dimensão interdisciplinar. Desde sua constituição, o campo tem dialogado com diferentes áreas do conhecimento, incorporando contribuições da economia política, da antropologia do desenvolvimento e da geografia crítica. Essa característica permite uma análise mais abrangente e integrada dos processos de desenvolvimento, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também culturais, territoriais e institucionais (Peet; Hartwick, 2015).

Nos últimos anos, o campo tem se orientado cada vez mais para a análise de fenômenos contemporâneos, como as transformações tecnológicas, a financeirização da economia, as mudanças climáticas e as novas formas de desigualdade social. A emergência da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, evidencia a centralidade de uma abordagem multidimensional do desenvolvimento, que integra objetivos econômicos, sociais e ambientais (United Nations, 2015).

Nesse contexto, Hettne (2009) compreende que a Sociologia do Desenvolvimento reafirma sua relevância como campo de investigação crítica, capaz de contribuir para a compreensão dos desafios globais e para a formulação de alternativas que promovam sociedades mais justas e sustentáveis. Sua origem, marcada por disputas teóricas e contextos históricos específicos, revela a complexidade do fenômeno do desenvolvimento e a necessidade de abordagens plurais e interdisciplinares. Nesse sentido, há uma compreensão de que a origem da Sociologia do Desenvolvimento está profundamente enraizada nas transformações do século XX, refletindo tanto as demandas políticas e econômicas do período quanto as disputas epistemológicas que marcaram o campo das ciências sociais. Ao longo de sua trajetória, Frank (1967) menciona que o campo evoluiu de uma perspectiva predominantemente normativa e eurocêntrica para uma abordagem mais crítica, plural e contextualizada, incorporando diferentes correntes teóricas e ampliando seu escopo analítico. Essa evolução evidencia a importância de compreender o desenvolvimento não apenas como um objetivo econômico, mas como um processo social complexo, marcado por relações de poder, conflitos e possibilidades de transformação.

## PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS CLÁSSICAS

A Sociologia do Desenvolvimento, enquanto campo consolidado de investigação científica, estruturou-se a partir de um conjunto de correntes teóricas clássicas que buscaram interpretar as causas, os mecanismos e as trajetórias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em escala global. Essas correntes, formuladas sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, constituem o alicerce epistemológico da área e continuam a influenciar, direta ou indiretamente, os debates contemporâneos. Entre as principais abordagens destacam-se a teoria da modernização, a teoria da dependência e a teoria do sistema-mundo, cada uma oferecendo interpretações distintas sobre a dinâmica do desenvolvimento, suas determinantes e suas implicações sociais.

A teoria da modernização emergiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, fortemente associada ao ambiente político e ideológico da Guerra Fria. Nesse período, os Estados Unidos e outras potências ocidentais promoveram a ideia de desenvolvimento como um processo linear e progressivo, no qual as sociedades deveriam transitar de formas tradicionais para modernas, replicando o modelo das economias industrializadas. Um dos principais expoentes dessa corrente foi Walt Whitman Rostow, que, em sua obra clássica *The Stages of Economic Growth*, propôs um modelo evolutivo composto por cinco estágios: sociedade tradicional, pré-condições para o arranque, arranque, maturidade e era do consumo em massa (Rostow, 1960).

Segundo Rostow (1960), o desenvolvimento seria alcançado por meio da acumulação de capital, da industrialização e da adoção de inovações tecnológicas, sendo o estágio de “arranque” (take-off) o momento decisivo para a transformação estrutural da economia. Essa abordagem pressupõe que os países subdesenvolvidos se encontram em estágios anteriores de um mesmo processo histórico, cabendo-lhes adotar políticas e instituições semelhantes às dos países desenvolvidos para alcançar o progresso.

Parsons (1964) contribuiu para a consolidação da teoria da modernização ao enfatizar o papel dos valores culturais e das instituições sociais na transição para a modernidade. Para Parsons, o desenvolvimento implicaria a substituição de padrões tradicionais por valores universalistas, racionalidade instrumental e diferenciação institucional, características típicas das sociedades modernas (Parsons, 1964). Assim, o desenvolvimento não seria apenas um processo econômico, mas também uma transformação cultural e normativa.

Apesar de sua influência, a teoria da modernização foi amplamente criticada por seu caráter eurocêntrico e etnocêntrico, ao assumir o modelo ocidental como referência universal. Além disso, essa abordagem tende a ignorar as especificidades históricas e culturais dos países periféricos, bem como as relações de poder que estruturam o sistema internacional. Autores críticos argumentam que a modernização não é um processo neutro ou inevitável, mas está inserida em contextos históricos marcados por desigualdades e conflitos (Eisenstadt, 2000). Conforme Acemoglu e Robinson (2012) apontam, a teoria da modernização subestima o papel das instituições políticas e das desigualdades estruturais na determinação das trajetórias de desenvolvimento.

Em contraposição à teoria da modernização, a teoria da dependência surgiu na América Latina, a partir da década de 1960, como uma crítica à visão linear e universalista do desenvolvimento. Essa corrente teórica enfatiza que o subde-

envolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pelas relações desiguais entre países centrais e periféricos no sistema capitalista global (Frank, 1967). Nesse sentido, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos interdependentes, que se reproduzem mutuamente.

Cardoso e Faletto (1970) argumentam que as estruturas de dependência limitam as possibilidades de desenvolvimento autônomo, ao subordinar as economias periféricas aos interesses do capital internacional. Para esses autores, a dependência não é apenas econômica, mas também política e social, envolvendo alianças entre elites locais e interesses externos. Já Frank (1967), outro importante representante dessa corrente, defende que o subdesenvolvimento é resultado direto da expansão do capitalismo, que integra as economias periféricas de forma subordinada, impedindo o desenvolvimento interno. Segundo Frank, a relação centro-periferia gera um fluxo contínuo de recursos das regiões periféricas para as centrais, perpetuando a desigualdade global.

A teoria da dependência trouxe contribuições significativas ao evidenciar o caráter histórico e estrutural das desigualdades, deslocando o foco analítico dos fatores internos para as relações internacionais. No entanto, Evans (1995), essa abordagem também foi alvo de críticas, especialmente por seu determinismo estrutural e por subestimar a capacidade de ação dos Estados e das sociedades periféricas. Estudos posteriores demonstraram que alguns países conseguiram promover processos de desenvolvimento relativamente autônomos, mesmo em contextos de dependência, como é o caso dos países do Leste Asiático.

A teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein, representa um avanço na análise das dinâmicas globais ao propor uma abordagem mais abrangente e histórica do capitalismo. Segundo Wallerstein (2004), o mundo moderno deve ser compreendido como um sistema único, estruturado em três zonas principais: centro, semiperiferia e periferia. Essa divisão reflete a distribuição desigual de poder, riqueza e capacidades produtivas entre as diferentes regiões.

No sistema-mundo, os países centrais concentram atividades de alto valor agregado e exercem controle sobre os fluxos financeiros e tecnológicos, enquanto os países periféricos são especializados na produção de matérias-primas e atividades de baixo valor agregado (Wallerstein, 2004). A semiperiferia, por sua vez, ocupa uma posição intermediária, desempenhando um papel de mediação entre centro e periferia.

Uma das principais contribuições da teoria do sistema-mundo é a ênfase na historicidade do capitalismo, entendido como um sistema em constante transformação, marcado por ciclos de expansão e crise. Essa perspectiva permite analisar as mudanças nas posições relativas dos países ao longo do tempo, bem como as possibilidades de mobilidade dentro do sistema. Além disso, destaca a importância das relações de poder e da divisão internacional do trabalho na configuração das desigualdades globais.

Apesar de sua abrangência, a teoria do sistema-mundo também enfrenta críticas, especialmente no que se refere à sua tendência a generalizações amplas e à dificuldade de operacionalização empírica. Alguns autores argumentam que essa abordagem pode negligenciar as especificidades locais e as dinâmicas internas das sociedades, ao privilegiar a análise macroestrutural (Skocpol, 1977).

Além dessas três correntes principais, outras abordagens clássicas contribuíram para o desenvolvimento do campo, como o estruturalismo latino-americano, representado por autores como Raúl Prebisch. O estruturalismo enfatiza a deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados, argumentando que os países periféricos enfrentam desvantagens estruturais no comércio internacional (Prebisch, 1950). Essa perspectiva influenciou políticas de industrialização por substituição de importações, adotadas por diversos países latino-americanos ao longo do século XX.

Nas últimas décadas, a análise das correntes clássicas tem sido revisitada à luz de novas evidências e transformações globais. Estudos contemporâneos buscam integrar elementos dessas diferentes abordagens, reconhecendo que o desenvolvimento é um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser explicado por uma única teoria. Acemoglu e Robinson (2012) destacam o papel das instituições políticas e econômicas na determinação do desenvolvimento, argumentando que instituições inclusivas favorecem o crescimento, enquanto instituições extrativistas perpetuam a desigualdade.

Do mesmo modo, abordagens recentes enfatizam a importância da globalização, da inovação tecnológica e das mudanças climáticas na redefinição das dinâmicas de desenvolvimento. Nesse contexto, a partir do entendimento de Acemoglu e Robinson (2012), as teorias clássicas continuam a oferecer ferramentas analíticas relevantes, mas precisam ser atualizadas e complementadas por novas perspectivas. Logo, compreende-se as principais correntes teóricas clássicas da Sociologia do Desenvolvimento oferecem diferentes lentes interpretativas para compreender as desigualdades e as transformações sociais em escala global. Segundo Eisenstadt (2000), a teoria da modernização enfatiza fatores internos e a trajetória linear do desenvolvimento; a teoria da dependência destaca as relações estruturais de dominação; e a teoria do sistema-mundo propõe uma análise integrada das dinâmicas globais. Apesar de suas limitações, essas abordagens constituem a base do campo e continuam a influenciar o debate contemporâneo, sendo fundamentais para a compreensão crítica do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.



## Capítulo 3

# ESTADO DO CONHECIMENTO NA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO



O campo da Sociologia do Desenvolvimento tem experimentado um significativo processo de transformação ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças estruturais no sistema internacional, avanços epistemológicos e a emergência de novos problemas sociais. A análise do estado do conhecimento nessa área implica compreender não apenas a evolução das teorias e abordagens, mas também a forma como a produção científica tem se organizado, quais temas têm ganhado centralidade e quais lacunas ainda persistem. Trata-se, portanto, de um esforço de sistematização crítica que permite identificar tendências, rupturas e continuidades no desenvolvimento do campo.

No que se refere ao panorama da produção científica, observa-se que a Sociologia do Desenvolvimento passou por diferentes fases, marcadas por contextos históricos específicos e orientações teóricas predominantes. No período pós-Segunda Guerra Mundial, a produção acadêmica foi fortemente influenciada pela teoria da modernização, que orientou políticas públicas e agendas de pesquisa voltadas ao crescimento econômico e à industrialização. Rostow (1960) defendia uma visão linear do desenvolvimento, baseada em estágios evolutivos, na qual os países deveriam seguir o modelo das nações industrializadas. Essa abordagem dominou a produção científica nas décadas de 1950 e 1960, especialmente em instituições acadêmicas norte-americanas e europeias.

Entretanto, a partir da década de 1970, essa perspectiva passou a ser amplamente questionada, sobretudo por autores latino-americanos que desenvolveram a teoria da dependência. Segundo Cardoso e Faletto (1970), o subdesenvolvimento não poderia ser compreendido como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como uma condição estrutural resultante das relações de dependência entre países centrais e periféricos. Essa crítica marcou uma inflexão importante na produção científica, ampliando o escopo analítico da Sociologia do Desenvolvimento e incorporando dimensões históricas e políticas à análise.

Posteriormente, a teoria do sistema-mundo, proposta por Wallerstein (1974), contribuiu para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas globais, ao analisar o capitalismo como um sistema histórico estruturado em diferentes níveis de poder e desenvolvimento. Essa abordagem influenciou significativamente a produção acadêmica, especialmente no que diz respeito à análise das desigualdades globais e das relações internacionais.

Nas últimas décadas, observa-se uma diversificação crescente da produção científica, com a incorporação de novas temáticas e abordagens interdisciplinares. O desenvolvimento deixou de ser analisado exclusivamente sob a ótica econômica, passando a incluir dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Nesse contexto, indicadores como o IDH, proposto por Sen (1999), passaram a desempenhar um papel central na avaliação do desenvolvimento, enfatizando a ampliação das capacidades humanas como elemento fundamental.

Além disso, a expansão das bases de dados digitais e o aumento da produção científica em escala global contribuíram para a internacionalização do campo, permitindo maior circulação de ideias e maior diversidade de perspectivas. No entanto, essa expansão também evidencia desigualdades na produção do conhecimento, com predominância de publicações oriundas do Norte Global, o que reforça a necessidade de valorização de epistemologias do Sul (Santos, 2010).

No que diz respeito aos temas emergentes, destaca-se a crescente centralidade de questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, às mudanças cli-

máticas e à justiça social. A noção de desenvolvimento sustentável, consolidada a partir do Relatório Brundtland (1987), passou a orientar grande parte das pesquisas contemporâneas, enfatizando a necessidade de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e equidade social. Nesse sentido, autores como Sachs (2008) defendem a adoção de estratégias de desenvolvimento que integrem dimensões econômicas, sociais e ecológicas.

Outro tema relevante é a desigualdade social, que tem sido amplamente discutida no contexto da globalização. Piketty (2014) demonstra que as desigualdades de renda e riqueza têm se intensificado nas últimas décadas, mesmo em países considerados desenvolvidos, o que coloca em xeque as promessas de prosperidade associadas ao desenvolvimento econômico. Essa problemática tem sido abordada sob diferentes perspectivas, incluindo análises sobre pobreza, exclusão social e mobilidade social.

A globalização, por sua vez, constitui um eixo central das discussões contemporâneas, sendo analisada tanto em seus aspectos econômicos quanto culturais e políticos. Giddens (1990) destaca que a globalização intensifica as interconexões entre diferentes regiões do mundo, ao mesmo tempo em que produz novas formas de desigualdade e vulnerabilidade. Nesse contexto, a Sociologia do Desenvolvimento tem buscado compreender os impactos dessas transformações sobre os Estados nacionais, as políticas públicas e as dinâmicas sociais.

Já a revolução tecnológica e a emergência da chamada Indústria 4.0 têm introduzido novos desafios e oportunidades para o desenvolvimento. A digitalização da economia, a automação do trabalho e o uso de tecnologias avançadas têm transformado profundamente as relações de produção e trabalho, exigindo novas abordagens analíticas para compreender seus efeitos sociais. No que se refere ao desenvolvimento na América Latina, observa-se que a região ocupa um lugar central na construção teórica da Sociologia do Desenvolvimento, especialmente por meio da teoria da dependência. A experiência histórica dos países latino-americanos, marcada por processos de colonização, industrialização tardia e inserção subordinada na economia global, contribuiu para o desenvolvimento de abordagens críticas que questionam os modelos tradicionais de desenvolvimento.

Prebisch (1950), no entanto, destacara a deterioração dos termos de troca entre países exportadores de produtos primários e países industrializados, evidenciando as limitações do modelo de inserção internacional baseado na exportação de commodities. Essa análise fundamentou políticas de industrialização por substituição de importações, que marcaram a trajetória de vários países da região ao longo do século XX. Contudo, as crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, associadas à adoção de políticas neoliberais, evidenciaram as fragilidades desses modelos, resultando em aumento das desigualdades sociais e instabilidade econômica. Nesse contexto, a produção científica latino-americana passou a enfatizar a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento, baseados na inclusão social, na sustentabilidade e na valorização das especificidades locais.

Mais recentemente, abordagens como o “bem viver” e o desenvolvimento territorial têm ganhado destaque, propondo alternativas ao paradigma dominante. Essas perspectivas valorizam a diversidade cultural, a participação social e a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis.

Por fim, no que se refere às novas abordagens teóricas e às lacunas na literatura, destaca-se a emergência do pós-desenvolvimento e das teorias decoloniais, que questionam a universalidade do conceito de desenvolvimento. Escobar (1995) argumenta que o desenvolvimento deve ser compreendido como uma construção discursiva, que reflete interesses políticos e econômicos específicos. Já as abordagens decoloniais, representadas por autores como Quijano (2005), enfatizam a persistência de estruturas coloniais de poder e conhecimento, que influenciam as formas de pensar e implementar o desenvolvimento.

Apesar dos avanços teóricos, ainda existem lacunas significativas na literatura. Entre elas, destaca-se a necessidade de maior integração entre diferentes abordagens teóricas, bem como a ampliação de estudos empíricos que considerem contextos locais específicos. Além disso, há uma carência de pesquisas que articulem de forma mais consistente as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento.

## PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica no campo da Sociologia do Desenvolvimento caracteriza-se por uma trajetória dinâmica, marcada por mudanças paradigmáticas, ampliação temática e crescente interdisciplinaridade. Desde sua consolidação como área de estudo no pós-Segunda Guerra Mundial, observa-se um movimento contínuo de reformulação teórica e metodológica, impulsionado tanto pelas transformações do sistema capitalista global quanto pelas críticas oriundas de diferentes contextos geopolíticos. Nesse sentido, o panorama da produção científica revela não apenas a evolução do conceito de desenvolvimento, mas também as disputas epistemológicas que permeiam o campo.

Nas décadas de 1950 e 1960, a produção científica foi fortemente influenciada pela teoria da modernização, que dominou o debate acadêmico e institucional, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Rostow (1960) e outros autores contemporâneos propuseram modelos lineares de desenvolvimento, baseados na ideia de que todas as sociedades passariam por estágios evolutivos semelhantes até alcançar o desenvolvimento pleno. Essa perspectiva, amplamente difundida em organismos internacionais e políticas públicas, refletia um contexto de Guerra Fria, no qual o desenvolvimento era concebido como estratégia de contenção do avanço socialista (Rostow, 1960).

Entretanto, a partir da década de 1970, emergem críticas contundentes a esse modelo, sobretudo a partir da América Latina, onde a teoria da dependência ganha destaque. Cardoso e Faletto (1970) e Frank (1967) questionaram a universalidade do modelo de modernização, argumentando que o subdesenvolvimento não seria uma etapa transitória, mas uma condição estrutural produzida pela inserção desigual dos países periféricos no sistema capitalista global. Essa inflexão teórica marcou uma ampliação significativa na produção científica, incorporando análises históricas, estruturais e políticas ao estudo do desenvolvimento.

Nesse período, também se observa o fortalecimento de abordagens críticas que enfatizam as relações de poder, a exploração econômica e as desigualdades globais. A teoria do sistema-mundo, proposta por Wallerstein (1974), representa um marco importante nesse processo, ao oferecer uma interpretação abrangente do capitalismo como um sistema histórico global, estruturado em centro,

semiperiferia e periferia. Essa abordagem influenciou significativamente a produção científica posterior, contribuindo para a consolidação de uma perspectiva mais relacional e sistêmica do desenvolvimento.

A partir das décadas de 1980 e 1990, o campo da Sociologia do Desenvolvimento passa por uma nova fase de reconfiguração, marcada pela ascensão do neoliberalismo e pela intensificação dos processos de globalização. Nesse contexto, a produção científica incorpora novas temáticas, como a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho, a financeirização da economia e o papel das instituições internacionais. Harvey (2005) destaca os impactos dessas transformações na organização social e na distribuição de riqueza, evidenciando o aprofundamento das desigualdades.

Simultaneamente, ganha relevância o debate sobre desenvolvimento humano, impulsionado pelas contribuições de Sen (1999), que propõe uma abordagem centrada na ampliação das capacidades e liberdades individuais. Essa perspectiva representa uma ruptura com os modelos exclusivamente econômicos, influenciando significativamente a produção científica e a formulação de políticas públicas. O IDH, desenvolvido pelo PNUD, torna-se um importante instrumento de análise e comparação entre países.

No início do século XXI, a produção científica no campo da Sociologia do Desenvolvimento intensifica sua diversificação temática e metodológica. Observa-se uma ampliação significativa dos estudos voltados para questões ambientais, especialmente no contexto das mudanças climáticas e da crise ecológica global. O conceito de desenvolvimento sustentável, consolidado a partir do Relatório Brundtland (1987), ganha centralidade, sendo amplamente discutido em diferentes áreas do conhecimento. Sachs (2002) enfatiza a necessidade de conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, contribuindo para a construção de uma abordagem integrada do desenvolvimento.

Outro aspecto relevante da produção científica contemporânea é a emergência das perspectivas pós-desenvolvimentistas e decoloniais, que questionam os fundamentos epistemológicos do próprio conceito de desenvolvimento. Escobar (1995) argumenta que o desenvolvimento, enquanto discurso, funciona como uma forma de dominação cultural e política, impondo modelos ocidentais de progresso a diferentes contextos sociais. Da mesma forma, as abordagens decoloniais, representadas por Quijano (2005), destacam a persistência da colonialidade do poder e do saber, evidenciando a necessidade de construção de alternativas epistemológicas.

A produção científica recente também tem se caracterizado pelo aumento do uso de metodologias quantitativas e qualitativas combinadas, refletindo uma tendência à triangulação metodológica. É possível observar que em estudos empíricos, análises comparativas e revisões sistemáticas da literatura têm sido amplamente utilizados para compreender as múltiplas dimensões do desenvolvimento. Além disso, o avanço das tecnologias digitais e o acesso ampliado a bases de dados internacionais têm contribuído para o crescimento exponencial da produção científica na área.

No contexto latino-americano, observa-se uma produção científica marcada por especificidades históricas e sociais, com ênfase em temas como desigualdade, pobreza, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Furtado (2000) continua sendo referência fundamental, ao destacar as particularidades do de-

envolvimento na periferia do capitalismo. Mais recentemente, estudos têm explorado questões relacionadas à economia solidária, aos movimentos sociais e às formas alternativas de desenvolvimento, evidenciando a diversidade de experiências e abordagens na região.

No Brasil, a produção científica em Sociologia do Desenvolvimento tem se expandido significativamente nas últimas décadas, impulsionada pelo crescimento dos programas de pós-graduação e pela ampliação do financiamento à pesquisa. Bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO têm desempenhado um papel fundamental na disseminação do conhecimento, permitindo maior visibilidade às pesquisas nacionais. A variabilidade temática tem abordado temas como desigualdade regional, políticas de inclusão social, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica (Silva; Souza, 2020; Pereira et al., 2021).

Além disso, observa-se uma crescente preocupação com a interdisciplinaridade, refletida na integração entre diferentes campos do conhecimento. A Sociologia do Desenvolvimento tem dialogado com áreas como Economia, Geografia, Ciência Política e Estudos Ambientais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais. Essa tendência reforça a complexidade do conceito de desenvolvimento e a necessidade de abordagens múltiplas para sua análise.

Outro elemento importante no panorama da produção científica é o papel das organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o PNUD, que influenciam significativamente as agendas de pesquisa e as políticas públicas. Os relatórios e indicadores produzidos por essas instituições têm sido amplamente utilizados como referências na produção acadêmica, embora também sejam alvo de críticas por sua orientação normativa e por refletirem interesses específicos (Stiglitz, 2002).

No que se refere às lacunas na produção científica, destacam-se a necessidade de maior valorização de abordagens locais e contextuais, bem como a inclusão de perspectivas do Sul Global. Apesar dos avanços recentes, ainda há uma predominância de referências teóricas oriundas do Norte Global, o que pode limitar a compreensão das especificidades regionais. Nesse sentido, a ampliação da diversidade epistemológica constitui um desafio importante para o campo.

Ademais, a produção científica contemporânea tem sido impactada por desafios globais, como a pandemia de COVID-19, que evidenciou as fragilidades dos sistemas de saúde, as desigualdades sociais e a interdependência entre as nações. Estudos recentes têm analisado os efeitos da pandemia sobre o desenvolvimento, destacando a necessidade de repensar modelos econômicos e políticas públicas (UNDP, 2020).

De acordo com Pereira et al. (2021), observa-se que o panorama da produção científica na Sociologia do Desenvolvimento pontua, sobretudo, como um campo em constante transformação, caracterizado pela pluralidade teórica, pela ampliação temática e pela crescente complexidade analítica. A evolução do conceito de desenvolvimento, as críticas às abordagens tradicionais e a incorporação de novas perspectivas refletem a capacidade do campo de se adaptar às mudanças sociais e históricas. No entanto, permanecem desafios importantes, como a superação do eurocentrismo, a valorização de saberes locais e a construção de abordagens verdadeiramente interdisciplinares.

Dessa forma, é possível apontar que a análise do estado da produção cientí-

fica não apenas permite compreender a trajetória do campo, mas também oferece subsídios para a construção de novas agendas de pesquisa, orientadas para a promoção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

## TEMAS EMERGENTES

A Sociologia do Desenvolvimento, enquanto campo dinâmico e em constante reformulação, tem incorporado, nas últimas décadas, uma série de temas emergentes que refletem as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, as mudanças nas dinâmicas geopolíticas globais e os desafios socioambientais que marcam o século XXI. Esses novos temas não apenas ampliam o escopo analítico da área, mas também tensionam suas bases epistemológicas tradicionais, exigindo abordagens interdisciplinares e críticas que transcendam os paradigmas clássicos do desenvolvimento. Nesse sentido, compreender os temas emergentes na Sociologia do Desenvolvimento implica reconhecer a complexidade das interações entre economia, sociedade, política, cultura e meio ambiente, bem como a necessidade de revisitar conceitos e categorias analíticas historicamente consolidados.

Um dos temas mais centrais e amplamente debatidos na contemporaneidade é o desenvolvimento sustentável. A partir da publicação do Relatório Brundtland, em 1987, consolidou-se a noção de que o desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (World Commission on Environment and Development, 1987). Essa perspectiva introduziu uma inflexão significativa na forma de compreender o desenvolvimento, ao integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais. Posteriormente, Sachs (2008) amplia esse debate ao propor uma abordagem multidimensional da sustentabilidade, incorporando aspectos territoriais, culturais e políticos. No campo sociológico, a discussão sobre desenvolvimento sustentável tem enfatizado as desigualdades socioambientais, evidenciando que os impactos da degradação ambiental são distribuídos de forma desigual entre diferentes grupos sociais, afetando de maneira mais intensa populações vulneráveis (Acselrad, 2004).

Nesse contexto, a questão das mudanças climáticas emerge como um dos principais desafios globais, exigindo respostas coordenadas em escala internacional. A Sociologia do Desenvolvimento tem contribuído para a compreensão dos efeitos sociais das mudanças climáticas, destacando a vulnerabilidade diferenciada entre países e regiões. Alguns estudos apontam que países em desenvolvimento tendem a sofrer impactos mais severos, apesar de contribuírem menos para a emissão de gases de efeito estufa (Roberts; Parks, 2007). Essa assimetria evidencia a dimensão política do debate climático, colocando em pauta questões de justiça ambiental e responsabilidade histórica. Além disso, autores contemporâneos têm enfatizado a necessidade de transições socioecológicas que promovam modelos de desenvolvimento de baixo carbono, articulando crescimento econômico com preservação ambiental (Scoones, 2016).

Outro tema emergente de grande relevância é a persistência e o agravamento das desigualdades sociais em escala global. Apesar dos avanços econômicos observados em diversas regiões, especialmente em países emergentes, a concentração de renda e riqueza continua a crescer, configurando um dos

principais desafios para o desenvolvimento. Piketty (2014) demonstra que, no capitalismo contemporâneo, a taxa de retorno do capital tende a superar o crescimento econômico, resultando em um aumento progressivo da desigualdade. No campo sociológico, essa discussão tem sido aprofundada por autores como Therborn (2013), que analisa as múltiplas dimensões da desigualdade, incluindo desigualdades de vitalidade, recursos e reconhecimento. A Sociologia do Desenvolvimento, nesse sentido, tem buscado compreender como essas desigualdades se reproduzem e se transformam em contextos específicos, considerando fatores históricos, institucionais e culturais.

A globalização constitui outro eixo central dos debates contemporâneos. Longe de representar um processo homogêneo e linear, a globalização tem produzido efeitos diferenciados nas diversas regiões do mundo, intensificando tanto oportunidades quanto desigualdades. Castells (1999) destaca o papel das redes globais na reconfiguração das relações econômicas e sociais, enquanto outros, como Stiglitz (2002), criticam os efeitos excludentes das políticas neoliberais associadas à globalização. No âmbito da Sociologia do Desenvolvimento, a análise da globalização tem enfatizado a necessidade de compreender as interdependências entre escalas locais e globais, bem como os impactos das cadeias globais de valor sobre as economias nacionais e os mercados de trabalho (Gereffi, 2018). Além disso, a crescente mobilidade de capitais e pessoas tem colocado novos desafios para a governança global, exigindo formas inovadoras de regulação e cooperação internacional.

A emergência das tecnologias digitais e a consolidação da chamada Indústria 4.0 também têm sido objeto de crescente atenção no campo da Sociologia do Desenvolvimento. A digitalização da economia, a automação e o uso de inteligência artificial estão transformando profundamente os processos produtivos, as relações de trabalho e as formas de organização social. Segundo Schwab (2016), a Quarta Revolução Industrial representa uma mudança de paradigma, caracterizada pela convergência entre tecnologias físicas, digitais e biológicas. No entanto, essa transformação também levanta preocupações quanto ao aumento das desigualdades, uma vez que o acesso às tecnologias e às competências digitais é distribuído de forma desigual entre países e grupos sociais (Brynjolfsson; McAfee, 2014). A Sociologia do Desenvolvimento tem, portanto, se dedicado a analisar os impactos sociais dessas transformações, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão digital e qualificação profissional.

No campo político, observa-se a crescente importância das instituições e da governança na promoção do desenvolvimento. A literatura recente tem enfatizado que o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas em termos econômicos, sendo fundamental considerar a qualidade das instituições e a capacidade do Estado de implementar políticas públicas eficazes. Acemoglu e Robinson (2012) argumentam que instituições inclusivas são fundamentais para o desenvolvimento, pois promovem a participação ampla da população nos processos econômicos e políticos. Em contrapartida, instituições extrativistas tendem a concentrar poder e riqueza, perpetuando desigualdades. Essa abordagem tem sido amplamente debatida na Sociologia do Desenvolvimento, especialmente no contexto de países em desenvolvimento, onde a fragilidade institucional representa um obstáculo significativo para o progresso social e econômico.

Outro tema emergente relevante é o desenvolvimento territorial, que enfatiza a importância das dinâmicas locais e regionais na promoção do desenvol-

vimento. Diferentemente das abordagens tradicionais, que privilegiam o nível nacional, essa perspectiva reconhece a diversidade territorial e a necessidade de políticas diferenciadas que considerem as especificidades locais. Boisier (2001) destaca que o desenvolvimento territorial depende da articulação entre atores locais, capital social e capacidade institucional. No contexto brasileiro, essa abordagem tem sido particularmente relevante para a análise das desigualdades regionais, evidenciando a necessidade de estratégias que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em diferentes territórios.

As abordagens decoloniais e o pós-desenvolvimento também se configuram como temas emergentes de grande impacto teórico. Essas perspectivas questionam a universalidade do conceito de desenvolvimento, criticando sua base eurocêntrica e sua associação com modelos ocidentais de progresso. Escobar (1995) argumenta que o desenvolvimento, enquanto discurso, tem funcionado como um mecanismo de dominação, impondo formas específicas de conhecimento e organização social. De maneira semelhante, autores decoloniais, como Quijano (2005), destacam a persistência da colonialidade do poder, que se manifesta nas estruturas econômicas, políticas e epistemológicas do mundo contemporâneo. Essas abordagens têm contribuído para a valorização de saberes locais e para a construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico, baseadas em princípios como o bem viver e a sustentabilidade.

A questão da segurança alimentar e nutricional também tem ganhado destaque nos debates contemporâneos, especialmente em um contexto de crises econômicas, mudanças climáticas e instabilidade política. A Sociologia do Desenvolvimento tem analisado os sistemas alimentares globais, destacando as desigualdades no acesso a alimentos e os impactos da agricultura industrial sobre o meio ambiente. McMichael (2013) argumenta que o regime alimentar global é caracterizado pela concentração de poder nas mãos de grandes corporações, o que limita a soberania alimentar dos países e comunidades. Nesse sentido, movimentos sociais e iniciativas locais têm buscado promover modelos alternativos de produção e consumo, baseados na agroecologia e na sustentabilidade.

Por fim, destaca-se a crescente relevância das questões de gênero, raça e interseccionalidade na análise do desenvolvimento. A literatura contemporânea tem enfatizado que o desenvolvimento afeta diferentes grupos sociais de maneira desigual, sendo fundamental considerar as múltiplas dimensões da desigualdade. Sen (1999) e Nussbaum (2000) têm contribuído para a incorporação da perspectiva de capacidades, que enfatiza a importância das liberdades individuais e das condições sociais para o desenvolvimento humano. No campo da Sociologia do Desenvolvimento, essa abordagem tem sido articulada com análises feministas e críticas raciais, evidenciando as desigualdades estruturais que afetam mulheres e populações racializadas.

## DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

A análise do desenvolvimento na América Latina constitui um dos eixos mais relevantes da Sociologia do Desenvolvimento, sobretudo por se tratar de uma região historicamente marcada por profundas desigualdades sociais, dependência econômica e trajetórias de modernização incompletas. A especificidade latino-americana, longe de ser um caso periférico marginal, foi central para a construção

de importantes paradigmas teóricos que influenciaram o pensamento social global. Nesse sentido, compreender o desenvolvimento na América Latina implica reconhecer não apenas suas dinâmicas internas, mas também sua inserção no sistema capitalista internacional.

Historicamente, a formação econômica e social da América Latina esteve vinculada ao processo de colonização e à integração subordinada ao mercado mundial. Desde o período colonial, a região foi estruturada como fornecedora de matérias-primas e produtos agrícolas para as metrópoles europeias, consolidando um padrão de especialização produtiva que perdurou ao longo dos séculos. Essa inserção periférica no sistema internacional contribuiu para a formação de economias dependentes, caracterizadas pela vulnerabilidade externa e pela baixa diversificação produtiva (Furtado, 2007).

No século XX, especialmente após a crise de 1929, diversos países latino-americanos passaram a adotar estratégias de industrialização por substituição de importações (ISI), buscando reduzir a dependência externa e promover o desenvolvimento interno. Essa estratégia foi amplamente influenciada pelas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que defendia a necessidade de intervenção estatal para corrigir as assimetrias estruturais do comércio internacional. De acordo com Prebisch (2000), o sistema econômico global é marcado por uma divisão entre centro e periferia, na qual os países periféricos enfrentam deterioração dos termos de troca e dificuldades para alcançar o desenvolvimento.

A perspectiva cepalina destacou a importância do Estado como agente central no processo de desenvolvimento, responsável por promover políticas industriais, proteger setores estratégicos e fomentar a modernização econômica. Contudo, apesar dos avanços obtidos em termos de industrialização e urbanização, o modelo de substituição de importações revelou limitações significativas, como a concentração de renda, a dependência tecnológica e a fragilidade fiscal dos Estados (Bielschowsky, 2000).

Nesse contexto, emergiu a teoria da dependência, que aprofundou a crítica ao modelo desenvolvimentista e às abordagens tradicionais da modernização. Cardoso e Faletto (1970) argumentaram que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas uma condição estrutural produzida pelas relações históricas de dominação entre países centrais e periféricos. Segundo esses autores, o desenvolvimento na periferia ocorre de forma dependente, ou seja, condicionado pelos interesses do capital internacional e pelas elites locais associadas.

A teoria da dependência introduziu uma análise mais complexa das relações sociais e políticas internas, destacando o papel das classes sociais e das alianças políticas na configuração dos processos de desenvolvimento. Além disso, enfatizou a heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas, caracterizadas pela coexistência de setores modernos e atrasados, o que contribuiu para a reprodução das desigualdades sociais (Cardoso; Faletto, 1970).

Na década de 1970, a crise do modelo desenvolvimentista e o endividamento externo levaram a uma reconfiguração das estratégias econômicas na região. A partir dos anos 1980, sob influência de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, diversos países adotaram políticas neoliberais baseadas na liberalização econômica, privatização de empresas estatais e redução do papel do Estado. Esse período, conhecido como “década perdida”, foi marcado por baixo

crescimento econômico, aumento da pobreza e agravamento das desigualdades sociais (Bresser-Pereira, 2006).

As reformas neoliberais foram justificadas pela necessidade de aumentar a eficiência econômica e integrar as economias latino-americanas ao mercado global. No entanto, seus resultados foram amplamente contestados por diferentes correntes teóricas, que apontaram seus impactos negativos sobre as condições sociais e a soberania econômica dos países da região. De acordo com Stiglitz (2002), a aplicação de políticas padronizadas, desconsiderando as especificidades locais, contribuiu para aprofundar as desigualdades e fragilizar as instituições nacionais.

A partir dos anos 2000, observa-se uma nova inflexão no debate sobre desenvolvimento na América Latina, marcada pela emergência de governos progressistas e pela retomada do papel do Estado na promoção de políticas sociais e econômicas. Países como Brasil, Argentina e Bolívia implementaram programas de redistribuição de renda, ampliação do acesso à educação e fortalecimento de políticas públicas, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade em determinados períodos (Cepal, 2018).

Nesse contexto, ganha destaque a noção de desenvolvimento inclusivo, que busca conciliar crescimento econômico com justiça social. Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores macroeconômicos, mas deve considerar a qualidade de vida da população e a garantia de direitos sociais. Sen (2010) contribuiu significativamente para essa perspectiva ao definir o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, enfatizando a importância das capacidades humanas.

Outro aspecto central do debate contemporâneo na América Latina refere-se à questão ambiental e à sustentabilidade. A região possui vasta biodiversidade e recursos naturais, o que a torna estratégica no contexto das mudanças climáticas globais. No entanto, o modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais, conhecido como neoextrativismo, tem gerado conflitos socioambientais e impactos negativos sobre comunidades tradicionais (Gudynas, 2012).

As críticas ao modelo extrativista deram origem a novas abordagens, como o pós-desenvolvimento e o pensamento decolonial, que questionam a própria ideia de desenvolvimento como um projeto universal. Escobar (2005) defende a necessidade de construir alternativas baseadas em saberes locais, diversidade cultural e respeito aos modos de vida tradicionais. Nesse sentido, o conceito de “bem viver” (*buen vivir*), inspirado em cosmovisões indígenas andinas, propõe uma visão de desenvolvimento centrada na harmonia entre seres humanos e natureza.

A perspectiva decolonial, por sua vez, enfatiza a necessidade de superar as heranças do colonialismo que ainda permeiam as estruturas sociais, econômicas e epistemológicas da América Latina. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder se manifesta na persistência de hierarquias raciais, culturais e econômicas que condicionam as relações sociais na região. Essa abordagem propõe uma crítica radical ao eurocentrismo e à imposição de modelos externos de desenvolvimento.

Além das dimensões econômicas e culturais, o desenvolvimento na América Latina também deve ser analisado à luz das dinâmicas políticas e institucionais.

A região tem sido marcada por instabilidade política, crises institucionais e desafios à consolidação democrática. Esses fatores influenciam diretamente a capacidade dos Estados de implementar políticas de desenvolvimento e promover o bem-estar social (O'Donnell, 1993).

Nos últimos anos, novos desafios têm se colocado para o desenvolvimento na América Latina, incluindo os impactos da globalização, as transformações tecnológicas e as crises econômicas recorrentes. A digitalização da economia e a chamada Indústria 4.0 representam tanto oportunidades quanto riscos para a região, podendo ampliar desigualdades caso não sejam acompanhadas por políticas inclusivas e investimentos em educação e inovação (Schwab, 2016).

Ademais, a pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades estruturais dos sistemas de saúde e proteção social na América Latina, agravando as desigualdades existentes e impondo novos desafios para o desenvolvimento. De acordo com a Cepal (2021), a crise sanitária teve impactos profundos sobre o emprego, a renda e a pobreza, exigindo respostas coordenadas e políticas públicas robustas.

Diante desse cenário complexo, o desenvolvimento na América Latina deve ser compreendido como um processo histórico, multidimensional e marcado por contradições. A região apresenta avanços significativos em determinadas áreas, mas ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à desigualdade, dependência econômica e sustentabilidade ambiental. A superação desses desafios exige não apenas políticas econômicas eficazes, mas também transformações sociais, políticas e culturais profundas.

## **NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS E LACUNAS NA LITERATURA**

A Sociologia do Desenvolvimento, enquanto campo dinâmico e em constante reformulação, tem incorporado, nas últimas décadas, um conjunto diversificado de abordagens teóricas que buscam superar os limites das interpretações clássicas. Tais abordagens emergem em um contexto marcado por transformações estruturais no sistema capitalista global, pela intensificação da globalização, pela crise ambiental e pela crescente contestação epistemológica dos paradigmas eurocêntricos. Nesse cenário, novas perspectivas têm sido mobilizadas com o intuito de compreender o desenvolvimento não apenas como um processo econômico, mas como uma construção social, histórica e política, permeada por relações de poder, desigualdades e disputas simbólicas.

Entre as abordagens contemporâneas, destaca-se, inicialmente, o campo do pós-desenvolvimento, que se consolida como uma crítica radical às concepções tradicionais de desenvolvimento. Arturo Escobar e Wolfgang Sachs argumentam que o desenvolvimento, longe de ser um processo neutro ou universal, constitui um discurso produzido no contexto do pós-guerra, que serviu para legitimar práticas de intervenção nos países do chamado “Terceiro Mundo” (Escobar, 1995; Sachs, 2010). Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento deve ser compreendido como uma construção discursiva que impõe modelos ocidentais de progresso, desconsiderando a diversidade cultural e os saberes locais.

Escobar (1995) sustenta que o discurso do desenvolvimento produziu uma série de categorias — como pobreza, atraso e subdesenvolvimento — que passaram a definir determinadas populações como objetos de intervenção. Nesse

sentido, o desenvolvimento não apenas descreve a realidade, mas a produz, ao estabelecer normas e padrões que orientam políticas públicas e práticas institucionais. Sachs (2010), por sua vez, critica a ideia de desenvolvimento como uma promessa não cumprida, que, em vez de promover o bem-estar, tem contribuído para a intensificação das desigualdades sociais e ambientais.

A perspectiva do pós-desenvolvimento propõe, portanto, uma ruptura epistemológica com os paradigmas tradicionais, defendendo a valorização de alternativas locais, baseadas em formas autônomas de organização social. Essa abordagem dialoga com experiências concretas, como o “bem viver” (*buen vivir*), inspirado nas cosmovisões indígenas da América Latina, que enfatiza a harmonia entre seres humanos e natureza, em contraposição à lógica de crescimento ilimitado do capitalismo (Gudynas, 2011).

Outra abordagem relevante no campo contemporâneo é a perspectiva decolonial, que busca desvelar as continuidades históricas do colonialismo nas estruturas sociais, econômicas e epistemológicas. Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos argumentam que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à colonialidade do poder, que se manifesta na hierarquização racial, cultural e econômica entre as nações (Quijano, 2005; Mignolo, 2003; Santos, 2010). A colonialidade, nesse sentido, não se limita ao período histórico do colonialismo, mas persiste como uma lógica de dominação que estrutura o sistema-mundo contemporâneo.

Quijano (2005) introduz o conceito de colonialidade do poder para explicar como a classificação racial da população mundial foi utilizada como mecanismo de controle e exploração. Mignolo (2003) complementa essa análise ao enfatizar a colonialidade do saber, destacando que o conhecimento produzido no Ocidente é frequentemente universalizado, enquanto saberes locais são marginalizados. Santos (2010), por sua vez, propõe a ideia de “ecologia de saberes”, defendendo a necessidade de reconhecer a pluralidade epistemológica como condição para a construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico.

No âmbito da Sociologia do Desenvolvimento, a abordagem decolonial tem contribuído para problematizar a universalidade das teorias clássicas, evidenciando a necessidade de incorporar perspectivas situadas e contextualizadas. Essa abordagem também reforça a importância de analisar o desenvolvimento a partir das experiências do Sul Global, valorizando as vozes historicamente silenciadas.

Outrossim, a teoria do desenvolvimento sustentável tem se consolidado como uma das principais referências contemporâneas. Desde a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a orientar políticas públicas e agendas internacionais, sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações (World Commission on Environment and Development, 1987). Essa perspectiva busca conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, propondo uma abordagem integrada e multidimensional.

No entanto, a literatura crítica aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta ambiguidades e limitações. Redclift (2005) e Acsehrad (2010) argumentam que, em muitos casos, o discurso da sustentabilidade tem sido apropriado por interesses econômicos, resultando em práticas de “greenwashing” que não enfrentam as causas estruturais da degradação ambiental. Além

disso, a ênfase na conciliação entre crescimento e sustentabilidade é questionada por correntes que defendem a necessidade de uma transformação mais profunda do modelo econômico vigente.

Nesse contexto, emergem abordagens como o decrescimento (*degrowth*), que propõe a redução planejada da produção e do consumo como forma de enfrentar a crise ecológica. Latouche (2009) defende que o crescimento econômico ilimitado é incompatível com os limites do planeta, sendo necessário repensar os padrões de produção e consumo. Essa perspectiva desafia diretamente os fundamentos do desenvolvimento tradicional, ao questionar a centralidade do crescimento econômico como indicador de progresso.

Observa-se também a partir das abordagens institucionais e da economia política do desenvolvimento, que enfatizam o papel das instituições, do Estado e das políticas públicas na promoção do desenvolvimento. North (1990) destaca que instituições eficientes são fundamentais para reduzir incertezas e promover o crescimento econômico. No entanto, abordagens mais recentes têm ampliado essa análise ao considerar não apenas a eficiência institucional, mas também as relações de poder e os conflitos sociais que permeiam a ação estatal.

Nesse sentido, Evans (1995) introduz o conceito de “Estado desenvolvimentista”, caracterizado pela capacidade de articular interesses públicos e privados em prol do desenvolvimento. Essa abordagem tem sido retomada em debates contemporâneos sobre o papel do Estado em contextos de globalização, especialmente em países emergentes.

Além disso, as abordagens territoriais do desenvolvimento têm ganhado destaque ao enfatizar a importância do espaço e das dinâmicas locais. Boisier (2001) argumenta que o desenvolvimento deve ser pensado a partir das especificidades territoriais, considerando fatores culturais, sociais e institucionais. Essa perspectiva dialoga com práticas de desenvolvimento local e regional, que buscam promover a participação comunitária e a valorização dos recursos endógenos.

Apesar da riqueza teórica e da diversidade de abordagens, a literatura sobre Sociologia do Desenvolvimento ainda apresenta lacunas significativas. Uma das principais limitações refere-se à fragmentação do campo, que dificulta a construção de um referencial teórico integrado. A coexistência de múltiplas abordagens, muitas vezes divergentes, contribui para a dispersão analítica e para a dificuldade de estabelecer consensos conceituais.

Outra lacuna importante diz respeito à insuficiente articulação entre teoria e empiria. Embora existam avanços na produção teórica, muitos estudos carecem de evidências empíricas robustas que permitam validar ou refinar as proposições teóricas. Essa limitação é particularmente relevante em contextos do Sul Global, onde a escassez de dados e a complexidade das realidades sociais representam desafios adicionais para a pesquisa. Ademais, observa-se uma persistente assimetria na produção do conhecimento, com predominância de autores e instituições do Norte Global. Essa desigualdade epistemológica reforça a necessidade de ampliar a participação de pesquisadores do Sul Global, promovendo uma maior diversidade de perspectivas e experiências.

Outro ponto crítico refere-se à limitada incorporação de questões interseccionais, como gênero, raça e classe, nas análises do desenvolvimento. Embora haja avanços nesse campo, ainda são necessárias abordagens mais integradas

que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade social. Por fim, destaca-se a necessidade de aprofundar o diálogo interdisciplinar, integrando contribuições de diferentes áreas do conhecimento. A complexidade dos desafios contemporâneos exige abordagens que transcendam fronteiras disciplinares, permitindo uma compreensão mais abrangente dos processos de desenvolvimento.



## Capítulo 4

# PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS



O campo da Sociologia do Desenvolvimento, ao longo de sua trajetória histórica, tem se caracterizado por constantes reformulações teóricas e metodológicas, impulsionadas pelas transformações estruturais da sociedade contemporânea. No cenário atual, marcado pela intensificação da globalização, pelas crises ambientais, pelas profundas desigualdades sociais e pelas rápidas inovações tecnológicas, o desenvolvimento deixa de ser compreendido como um processo linear e universal, passando a ser interpretado como um fenômeno complexo, multifacetado e atravessado por múltiplas dimensões.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar as perspectivas contemporâneas que orientam o debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento, bem como os principais desafios que se impõem à Sociologia do Desenvolvimento enquanto campo de investigação. A contemporaneidade exige abordagens mais críticas, interdisciplinares e sensíveis às especificidades locais, capazes de articular diferentes escalas — global, nacional e territorial — e de considerar a diversidade de atores e interesses envolvidos nos processos de transformação social.

A globalização, por exemplo, constitui um dos elementos centrais na redefinição das dinâmicas de desenvolvimento. Conforme argumenta Giddens (1991), a intensificação das relações sociais em escala mundial tem promovido uma interconexão sem precedentes entre diferentes regiões do planeta, ao mesmo tempo em que amplia desigualdades e assimetrias. Nesse sentido, o desenvolvimento passa a ser condicionado por fluxos globais de capital, informação, tecnologia e pessoas, o que impõe novos desafios à soberania dos Estados e à formulação de políticas públicas. A análise dessas dinâmicas será aprofundada na seção que trata sobre o Desenvolvimento e Globalização, que discutirá os impactos das transformações globais sobre os modelos de desenvolvimento e as estratégias adotadas pelos países em diferentes contextos.

Paralelamente, a questão ambiental emerge como um dos principais eixos estruturantes do debate contemporâneo. A crise ecológica global, evidenciada pelas mudanças climáticas, pela perda de biodiversidade e pela degradação dos recursos naturais, coloca em xeque os modelos tradicionais de desenvolvimento baseados no crescimento econômico ilimitado. Beck (2011) destaca que vivemos em uma “sociedade de risco”, na qual os efeitos colaterais do progresso tecnológico e econômico passam a ameaçar a própria sustentabilidade da vida no planeta. Nesse cenário, a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável torna-se indispensável, embora não isenta de críticas, como apontam autores que denunciam sua apropriação por discursos hegemônicos (Redclift, 2005). A seção sobre Sustentabilidade e Meio Ambiente abordará essas questões, discutindo os limites e as possibilidades de conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Outro aspecto central diz respeito às persistentes desigualdades sociais que marcam as sociedades contemporâneas. Apesar dos avanços econômicos observados em diversas regiões, a distribuição dos benefícios do desenvolvimento permanece profundamente desigual, tanto entre países quanto no interior das próprias sociedades. Segundo Piketty (2014), a concentração de renda e riqueza tem se intensificado nas últimas décadas, evidenciando a incapacidade dos modelos econômicos vigentes de promover inclusão social de forma equitativa. Além disso, as desigualdades não se restringem à dimensão econômica, abrangendo também aspectos como gênero, raça, território e acesso a direitos básicos. Nesse sentido, a Sociologia do Desenvolvimento é chamada a incorporar perspectivas

interseccionais, capazes de compreender as múltiplas formas de exclusão social. A seção que apresenta sobre as Desigualdades Sociais e Inclusão discutirá essas questões, enfatizando os desafios para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A revolução tecnológica constitui outro fator determinante nas transformações contemporâneas do desenvolvimento. A chamada Indústria 4.0, caracterizada pela automação, pela digitalização e pelo uso intensivo de tecnologias como inteligência artificial e big data, tem redefinido as relações de trabalho, os processos produtivos e as dinâmicas econômicas globais (Schwab, 2016). Embora essas inovações ofereçam oportunidades para o crescimento e a inovação, também geram novos riscos, como o aumento do desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a ampliação das desigualdades digitais. Nesse contexto, torna-se necessário analisar criticamente os impactos da tecnologia sobre o desenvolvimento, considerando tanto seus potenciais quanto suas limitações. A seção Tecnologia e Desenvolvimento abordará essas transformações, discutindo o papel da inovação tecnológica na configuração de novos paradigmas de desenvolvimento.

Por fim, diante da complexidade e da incerteza que caracterizam o cenário contemporâneo, torna-se imprescindível refletir sobre as perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento. O campo enfrenta o desafio de renovar seus referenciais teóricos e metodológicos, incorporando novas abordagens que sejam capazes de responder às demandas emergentes. Isso inclui o fortalecimento de perspectivas críticas, como as abordagens decoloniais e pós-desenvolvimentistas, bem como a ampliação do diálogo interdisciplinar e a valorização de saberes locais e plurais (Santos, 2010). Além disso, a Sociologia do Desenvolvimento deve contribuir para a formulação de alternativas que promovam um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e democrático. Essas reflexões serão aprofundadas na seção sobre Perspectivas Futuras da Sociologia do Desenvolvimento, que buscará identificar tendências e caminhos possíveis para o avanço do campo.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo apresentar e problematizar as principais dimensões que estruturam o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento, articulando diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Ao abordar temas como globalização, sustentabilidade, desigualdades sociais, tecnologia e perspectivas futuras, busca-se oferecer uma visão integrada dos desafios que se colocam à Sociologia do Desenvolvimento na atualidade.

## **DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO**

A relação entre desenvolvimento e globalização constitui um dos eixos centrais de análise da Sociologia do Desenvolvimento contemporânea, uma vez que os processos globais reconfiguram profundamente as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais das sociedades. De acordo com Boisier (2005), a globalização, entendida como um fenômeno multifacetado que envolve a intensificação dos fluxos de capital, bens, serviços, pessoas, informações e valores em escala global, tem sido objeto de intensos debates teóricos e empíricos, sobretudo no que se refere aos seus impactos sobre o desenvolvimento desigual entre países e regiões.

Do ponto de vista conceitual, a globalização não se restringe à dimensão

econômica, embora esta tenha sido historicamente a mais enfatizada. Conforme destaca Giddens (1991), a globalização pode ser compreendida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que conectam localidades distantes de tal maneira que eventos locais são moldados por acontecimentos que ocorrem a milhares de quilômetros de distância. Essa perspectiva evidencia o caráter relacional e interdependente da globalização, rompendo com visões que a reduzem a um simples processo de integração econômica.

No âmbito da Sociologia do Desenvolvimento, a globalização tem sido frequentemente associada à expansão do capitalismo em escala mundial, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, com a consolidação do modelo neoliberal. Harvey (2005) argumenta que a globalização contemporânea está intrinsecamente ligada à lógica de acumulação capitalista, caracterizada pela flexibilização dos mercados, pela desregulamentação estatal e pela crescente mobilidade do capital financeiro. Nesse contexto, o desenvolvimento passa a ser condicionado por dinâmicas globais que muitas vezes escapam ao controle dos Estados nacionais.

A literatura clássica da Sociologia do Desenvolvimento já antecipava, de certa forma, algumas das questões que seriam posteriormente aprofundadas no debate sobre globalização. A teoria da dependência, por exemplo, destacou as relações assimétricas entre países centrais e periféricos, evidenciando como a inserção subordinada na economia mundial limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo (Cardoso; Faletto, 1970). Essa abordagem permanece relevante na contemporaneidade, na medida em que a globalização tende a reproduzir e, em alguns casos, aprofundar essas desigualdades estruturais.

De forma complementar, a teoria do sistema-mundo, proposta por Wallerstein (2004), oferece uma interpretação abrangente da globalização como um processo histórico de longa duração, associado à expansão do sistema capitalista desde o século XVI. Segundo essa perspectiva, o mundo está estruturado em uma divisão internacional do trabalho que distingue entre centro, semiperiferia e periferia, sendo que os países centrais concentram as atividades de maior valor agregado, enquanto os periféricos permanecem especializados em atividades primárias e de baixo valor. A globalização, nesse sentido, não representa uma ruptura, mas uma intensificação dessas dinâmicas.

A partir da década de 1990, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a globalização adquiriu novas características, dando origem ao que Castells (1999) denomina “sociedade em rede”. Nesse novo paradigma, a economia global passa a ser estruturada em redes descentralizadas, nas quais a informação e o conhecimento assumem papel central na geração de riqueza. Essa transformação tem implicações profundas para o desenvolvimento, uma vez que redefine os critérios de competitividade e acentua as desigualdades entre aqueles que têm acesso às tecnologias e aqueles que permanecem excluídos.

Nesse contexto, a globalização apresenta-se como um fenômeno ambivalente, que pode tanto promover quanto limitar o desenvolvimento. Por um lado, a integração aos mercados globais pode gerar oportunidades de crescimento econômico, acesso a tecnologias e aumento da competitividade. Por outro, pode também resultar em maior vulnerabilidade a crises internacionais, precarização do trabalho e aumento das desigualdades sociais. Essa dualidade é amplamente discutida na literatura, sendo frequentemente associada ao conceito de “desen-

volvimento desigual e combinado” (Harvey, 2005).

A experiência dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, ilustra de forma clara essas contradições. Durante as décadas de 1980 e 1990, muitos países da região adotaram políticas de abertura econômica e liberalização financeira, em consonância com as diretrizes do chamado Consenso de Washington. Embora essas reformas tenham contribuído para a estabilização macroeconômica em alguns casos, seus efeitos sobre o desenvolvimento social foram amplamente questionados, devido ao aumento da desigualdade e da exclusão social (Stiglitz, 2002).

Mais recentemente, a literatura tem enfatizado a importância de estratégias de desenvolvimento que conciliem inserção global e fortalecimento das capacidades internas. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento endógeno ganha destaque, ao enfatizar a necessidade de políticas que promovam a inovação, a educação e a valorização dos recursos locais (Boisier, 2005). Essa abordagem sugere que a globalização não deve ser vista como um destino inevitável, mas como um processo que pode ser moldado por escolhas políticas e institucionais.

Outro aspecto central do debate contemporâneo diz respeito à relação entre globalização e desigualdade. Diversos estudos têm demonstrado que, embora a globalização tenha contribuído para a redução da pobreza extrema em algumas regiões do mundo, especialmente na Ásia, ela também tem sido associada ao aumento das desigualdades dentro dos países (Piketty, 2014). Essa tendência levanta importantes questionamentos sobre a sustentabilidade do modelo atual de desenvolvimento e a necessidade de políticas redistributivas mais eficazes.

No campo ambiental, a globalização também impõe desafios significativos ao desenvolvimento. A intensificação da produção e do consumo em escala global tem contribuído para o agravamento de problemas como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos recursos naturais. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como uma alternativa, buscando conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental (Sachs, 2008). No entanto, sua implementação enfrenta obstáculos, especialmente em um sistema global marcado por interesses econômicos divergentes.

As transformações tecnológicas associadas à globalização também têm impactos profundos sobre o mundo do trabalho e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento. A automação, a digitalização e a economia de plataformas têm alterado as formas de produção e emprego, gerando tanto oportunidades quanto desafios. Enquanto alguns setores se beneficiam da inovação, outros enfrentam processos de desindustrialização e precarização laboral, especialmente em países periféricos (Srnicek, 2017).

Diante desse cenário complexo, a Sociologia do Desenvolvimento é chamada a desempenhar um papel fundamental na análise crítica dos processos de globalização e seus impactos. Isso implica não apenas descrever as transformações em curso, mas também questionar as estruturas de poder que as sustentam e propor alternativas que promovam um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Nos últimos anos, abordagens críticas, como as perspectivas decoloniais, têm contribuído para ampliar o debate, ao questionar os pressupostos eurocêntricos que historicamente orientaram as teorias do desenvolvimento. Quijano (2005)

argumenta que a globalização contemporânea está profundamente enraizada na colonialidade do poder, que perpetua hierarquias raciais, culturais e econômicas. Essa perspectiva destaca a importância de reconhecer a diversidade de experiências e saberes, propondo uma visão plural de desenvolvimento. Ademais, mais recentemente, a pandemia de COVID-19 evidenciou de forma dramática as fragilidades do sistema global, expondo as desigualdades no acesso a recursos, tecnologias e serviços de saúde. Esse contexto reforçou a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento, considerando não apenas a eficiência econômica, mas também a resiliência social e a capacidade de resposta a crises globais (UNDP, 2020).

## SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A relação entre sustentabilidade e meio ambiente constitui um dos eixos centrais do debate contemporâneo na Sociologia do Desenvolvimento, especialmente diante das crescentes evidências de crise ambiental global. Alonso (2016) observa sobre a intensificação dos processos de industrialização, urbanização e expansão do capitalismo, sobretudo a partir do século XX, provocou impactos significativos sobre os ecossistemas naturais, colocando em questão os modelos tradicionais de desenvolvimento. Nesse contexto, a sustentabilidade emerge como uma categoria analítica e normativa fundamental para repensar as relações entre sociedade e natureza, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Historicamente, a preocupação com os limites ambientais do desenvolvimento começou a ganhar maior visibilidade a partir da década de 1970, com a emergência dos movimentos ambientalistas e a publicação de estudos que alertavam para os riscos da degradação ambiental. Esse período marca a transição de uma visão antropocêntrica da natureza — concebida como recurso ilimitado a ser explorado — para uma perspectiva mais sistêmica, que reconhece a interdependência entre os sistemas sociais e ecológicos. Nesse sentido, a Sociologia Ambiental surge como um campo específico dentro da Sociologia, voltado à análise das interações entre sociedade, ambiente e desenvolvimento, contribuindo para a construção do conceito de sustentabilidade (Calixto; Rodrigues; Imperador, 2023).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi formalizado internacionalmente com o Relatório Brundtland, publicado em 1987, que o definiu como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Essa definição tornou-se amplamente difundida e consolidou a ideia de que o desenvolvimento deve equilibrar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Contudo, apesar de sua ampla aceitação, o conceito de sustentabilidade permanece objeto de intensos debates teóricos, sendo frequentemente criticado por sua ambiguidade e por permitir interpretações diversas e, por vezes, contraditórias (Oliveira; Gentil, 2023).

Do ponto de vista sociológico, a sustentabilidade pode ser compreendida como um processo socialmente construído, que envolve disputas de poder, interesses econômicos e valores culturais. Não se trata apenas de uma questão técnica ou ambiental, mas de uma problemática profundamente política e ética. Nesse sentido, autores como Lenzi destacam que a sustentabilidade deve ser

analisada à luz dos riscos produzidos pela modernidade, caracterizando a chamada “sociedade de risco”, na qual os efeitos colaterais do progresso tecnológico e econômico tornam-se cada vez mais evidentes (Lenzi, 2019).

A teoria da modernização ecológica representa uma das principais abordagens contemporâneas que buscam reconciliar desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Essa perspectiva sustenta que é possível promover o crescimento econômico ao mesmo tempo em que se reduzem os impactos ambientais, por meio da inovação tecnológica, da regulação estatal e da mudança nos padrões de consumo. No entanto, essa abordagem tem sido criticada por sua confiança excessiva na capacidade do mercado e da tecnologia de resolver problemas ambientais estruturais, sem questionar os fundamentos do modelo capitalista de produção e consumo (Alonso, 2016).

Em contraposição, correntes críticas, como a ecologia política e o pós-desenvolvimento, enfatizam as desigualdades socioambientais e as relações de poder que estruturam o acesso e o uso dos recursos naturais. Essas abordagens argumentam que os impactos ambientais não são distribuídos de forma equitativa, afetando de maneira mais intensa as populações vulneráveis e os países periféricos. Assim, a sustentabilidade não pode ser dissociada das questões de justiça social e equidade, sendo necessário considerar as dimensões históricas e estruturais das desigualdades (Simonetti, 2011).

Além disso, a crise ambiental contemporânea tem evidenciado a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, capaz de integrar conhecimentos provenientes das ciências naturais e sociais. A sustentabilidade, nesse sentido, deve ser compreendida como um conceito transversal, que articula diferentes dimensões da realidade social. Estudos indicam que a evolução do conceito de sustentabilidade, especialmente entre eventos como a Rio-92 e a Rio+20, reflete uma crescente complexidade e a incorporação de novas agendas, como mudanças climáticas, biodiversidade e governança global (Silva Junior; Ferreira, 2023).

No campo da Sociologia do Desenvolvimento, a sustentabilidade também se relaciona diretamente com a crítica ao modelo de crescimento econômico ilimitado. Autores clássicos e contemporâneos têm destacado que a busca incessante pelo crescimento pode resultar em degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais e aprofundamento das desigualdades sociais. Essa crítica é particularmente relevante no contexto dos países em desenvolvimento, onde a pressão por crescimento econômico muitas vezes se sobrepõe às preocupações ambientais (Araújo, 2017).

Nesse sentido, a sustentabilidade exige uma redefinição dos indicadores de desenvolvimento, que tradicionalmente se baseiam em métricas econômicas. Indicadores alternativos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores de sustentabilidade, buscam incorporar dimensões sociais e ambientais, refletindo uma visão mais ampla do bem-estar humano. No entanto, a operacionalização desses indicadores ainda enfrenta desafios metodológicos e políticos, especialmente no que diz respeito à mensuração de aspectos qualitativos e à integração de diferentes dimensões.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas na promoção da sustentabilidade. A governança ambiental tornou-se um elemento central no debate sobre desenvolvimento, envolvendo a criação de regulamentações, incentivos econômicos e mecanismos de participação social. A

eficácia dessas políticas, no entanto, depende de fatores como capacidade institucional, transparência e articulação entre diferentes níveis de governo. Além disso, a atuação de atores não estatais, como organizações da sociedade civil e empresas, tem ganhado destaque na implementação de práticas sustentáveis.

A sustentabilidade também está intrinsecamente relacionada às transformações tecnológicas e às mudanças nos padrões de produção e consumo. A chamada transição para uma economia de baixo carbono, por exemplo, envolve a substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis, bem como a adoção de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Contudo, essa transição apresenta desafios significativos, incluindo custos elevados, resistência de setores econômicos e desigualdades no acesso às tecnologias.

No contexto latino-americano, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente assume características específicas, marcadas pela dependência econômica de atividades extrativistas, como mineração, agricultura e exploração de recursos naturais (Araújo, 2017). Essa realidade coloca em evidência as tensões entre crescimento econômico e conservação ambiental, bem como os conflitos socioambientais envolvendo comunidades locais, povos indígenas e grandes empreendimentos. A sustentabilidade, nesse contexto, requer soluções que considerem as especificidades regionais e valorizem os conhecimentos tradicionais.

Ademais, a dimensão cultural da sustentabilidade tem sido cada vez mais reconhecida, destacando a importância dos valores, práticas e saberes locais na construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento. As perspectivas decoloniais, por exemplo, criticam a imposição de modelos ocidentais e defendem a pluralidade de caminhos para o desenvolvimento, baseados em diferentes cosmovisões e formas de relação com a natureza (Oliveira; Gentil, 2023).

A educação ambiental, que desempenha um papel estratégico na promoção da sustentabilidade, entra nesse espectro de discussão, tendo em vista que ele tende a contribuir para a formação de uma consciência crítica e para a mudança de comportamentos, podendo fomentar práticas mais sustentáveis em diferentes níveis da sociedade. Nesse sentido, ela é considerada uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos (Torres; Balassiano, 2017).

Torres e Balassiano (2017) reafirmam ainda que a sustentabilidade deve ser compreendida como um processo dinâmico e em constante construção, que envolve múltiplos atores, escalas e dimensões. A complexidade dos desafios ambientais exige abordagens integradas e inovadoras, capazes de articular conhecimento científico, ação política e participação social. Nesse contexto, a Sociologia do Desenvolvimento desempenha um papel fundamental ao oferecer ferramentas analíticas para compreender as interações entre sociedade e natureza, bem como para orientar a construção de modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis.

## **DESIGUALDADES SOCIAIS E INCLUSÃO**

A análise das desigualdades sociais constitui um dos eixos centrais da Sociologia do Desenvolvimento, uma vez que o próprio conceito de desenvolvimento, em sua acepção contemporânea, está intrinsecamente associado à redução

das assimetrias sociais e à ampliação das oportunidades de inclusão. Historicamente, o desenvolvimento foi concebido, sobretudo, em termos econômicos, o que implicava a priorização do crescimento do PIB como principal indicador de progresso (Soares, 2010). No entanto, a persistência – e, em muitos casos, o agravamento – das desigualdades sociais demonstrou a insuficiência dessa abordagem, impulsionando a construção de paradigmas analíticos mais abrangentes, que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais na compreensão do desenvolvimento.

As desigualdades sociais podem ser compreendidas como diferenças sistêmicas e estruturais no acesso a recursos, oportunidades e condições de vida entre indivíduos e grupos sociais. Essas desigualdades se manifestam em múltiplas dimensões, incluindo renda, educação, saúde, moradia, acesso a serviços públicos, participação política e reconhecimento social. De acordo com Tilly (2006), as desigualdades não são apenas resultados contingentes de processos sociais, mas são produzidas e reproduzidas por mecanismos duradouros de categorização e hierarquização social. Nesse sentido, categorias como classe, raça, gênero e território desempenham papel fundamental na estruturação das desigualdades, configurando padrões persistentes de exclusão.

No âmbito das teorias clássicas, Karl Marx destacou a centralidade das relações de produção na geração das desigualdades sociais, argumentando que a divisão entre capital e trabalho constitui a base estrutural das sociedades capitalistas. Para Marx, a exploração do trabalho assalariado é o principal mecanismo de acumulação de capital, resultando na concentração de riqueza e na ampliação das desigualdades (Marx, 2013). Por sua vez, Max Weber ampliou essa análise ao incorporar dimensões não econômicas, como o status e o poder, enfatizando que as desigualdades sociais também são produzidas por diferenças de prestígio social e acesso a posições de autoridade (Weber, 1999). Já Émile Durkheim, embora menos centrado na desigualdade em si, destacou a importância da coesão social e da solidariedade para a manutenção da ordem social, alertando para os riscos da anomia em contextos de desigualdade extrema (Durkheim, 1995).

No campo da Sociologia do Desenvolvimento, a teoria da modernização, predominante nas décadas de 1950 e 1960, sustentava que o crescimento econômico levaria, de forma quase automática, à redução das desigualdades sociais. No entanto, essa expectativa não se confirmou empiricamente, sobretudo nos países periféricos, onde o crescimento econômico frequentemente coexistiu com elevados níveis de desigualdade. Em resposta a essas limitações, a teoria da dependência enfatizou que as desigualdades internas dos países em desenvolvimento estão profundamente relacionadas às desigualdades estruturais do sistema capitalista global (Cardoso; Faletto, 1970). Segundo essa perspectiva, a inserção subordinada das economias periféricas no mercado internacional contribui para a reprodução de padrões de concentração de renda e exclusão social.

Nas últimas décadas, o debate sobre desigualdades sociais foi significativamente enriquecido por abordagens que enfatizam a multidimensionalidade do fenômeno. Amartya Sen, ao desenvolver a abordagem das capacidades, propôs uma redefinição do conceito de desenvolvimento, deslocando o foco da renda para as liberdades substantivas dos indivíduos. Para Sen (2000), o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das capacidades humanas, ou seja, das possibilidades reais que as pessoas têm de viver a vida que valorizam. Nesse sentido, a desigualdade não se restringe à distribuição de renda, mas envolve

também a privação de capacidades básicas, como o acesso à educação, à saúde e à participação social.

Complementando essa perspectiva, Nussbaum (2011) enfatiza a importância de um conjunto mínimo de capacidades centrais que devem ser garantidas a todos os indivíduos como condição para uma vida digna. Entre essas capacidades, destacam-se a integridade física, a saúde, a educação e a participação política. A abordagem das capacidades contribui, portanto, para uma compreensão mais abrangente das desigualdades sociais, ao incorporar dimensões qualitativas e subjetivas do bem-estar.

Outro importante avanço teórico no estudo das desigualdades sociais refere-se à incorporação das perspectivas interseccionais. Segundo Crenshaw (2002), as desigualdades sociais não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que diferentes eixos de opressão – como raça, gênero e classe – interagem de maneira complexa, produzindo formas específicas de exclusão. No contexto brasileiro, essa abordagem é particularmente relevante, dada a persistência de desigualdades raciais e de gênero profundamente enraizadas na história do país (Almeida, 2019).

No que se refere à mensuração das desigualdades, diversos indicadores têm sido utilizados para capturar suas diferentes dimensões. O coeficiente de Gini, por exemplo, é amplamente empregado para medir a desigualdade de renda, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), incorpora variáveis relacionadas à saúde, educação e renda, oferecendo uma visão mais abrangente do desenvolvimento. Mais recentemente, indicadores como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) têm sido utilizados para capturar as múltiplas privações que afetam os indivíduos (UNDP, 2020).

Apesar dos avanços teóricos e metodológicos, as desigualdades sociais permanecem como um dos principais desafios do desenvolvimento contemporâneo. Dados recentes indicam que a concentração de renda e riqueza continua elevada em escala global, com uma pequena parcela da população detendo uma proporção significativa dos recursos econômicos. Piketty (2014) demonstra que, na ausência de mecanismos redistributivos eficazes, o capitalismo tende a gerar níveis crescentes de desigualdade, uma vez que a taxa de retorno do capital frequentemente supera a taxa de crescimento econômico.

No contexto brasileiro, as desigualdades sociais apresentam características históricas e estruturais, marcadas por profundas assimetrias regionais, raciais e de classe. Segundo Souza (2017), a formação social brasileira foi historicamente marcada por um padrão de modernização excludente, que perpetuou a concentração de renda e a marginalização de amplos segmentos da população. Embora políticas públicas implementadas nas últimas décadas tenham contribuído para a redução da pobreza e da desigualdade, esses avanços têm se mostrado frágeis diante de crises econômicas e políticas recentes.

A inclusão social, por sua vez, emerge como um conceito central no enfrentamento das desigualdades. Trata-se de um processo que visa garantir a participação plena dos indivíduos na vida econômica, social e política, por meio da ampliação do acesso a direitos, recursos e oportunidades. De acordo com Castel (1998), a exclusão social deve ser compreendida como um processo dinâmico, que envolve a desafiliação progressiva dos indivíduos em relação às instituições

sociais, como o mercado de trabalho e o sistema de proteção social. Nesse sentido, a inclusão social requer políticas integradas que atuem simultaneamente em diferentes dimensões da vida social.

As políticas públicas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm demonstrado eficácia na redução da pobreza extrema, ao mesmo tempo em que contribuem para a melhoria de indicadores sociais, como a frequência escolar e o acesso à saúde (Soares et al., 2010). No entanto, a sustentabilidade desses avanços depende da articulação com políticas estruturais, voltadas para a geração de emprego, a melhoria da educação e a ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade.

Além disso, a inclusão social está intimamente relacionada à garantia de direitos e à promoção da cidadania. Nesse sentido, a perspectiva dos direitos humanos oferece um importante referencial normativo para a formulação de políticas públicas, ao enfatizar a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, estabelece como um de seus princípios fundamentais a necessidade de “não deixar ninguém para trás”, destacando a centralidade da inclusão social no desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel da educação na promoção da inclusão social. A educação é amplamente reconhecida como um dos principais mecanismos de mobilidade social, ao possibilitar o acesso a melhores oportunidades de emprego e renda. No entanto, as desigualdades no acesso e na qualidade da educação continuam sendo um desafio significativo, especialmente em países em desenvolvimento. Bourdieu (1998) argumenta que o sistema educacional pode, paradoxalmente, contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, ao valorizar determinados tipos de capital cultural em detrimento de outros.

No contexto contemporâneo, as transformações tecnológicas e a emergência da economia digital introduzem novos desafios e oportunidades para a inclusão social. Por um lado, a digitalização pode ampliar o acesso à informação e aos serviços, contribuindo para a inclusão. Por outro, a exclusão digital pode aprofundar as desigualdades existentes, ao limitar o acesso de determinados grupos às oportunidades geradas pelas novas tecnologias (Castells, 1999).

Ademais, a pandemia de COVID-19 evidenciou e intensificou as desigualdades sociais em escala global, afetando de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis. Estudos recentes indicam que a crise sanitária agravou a pobreza, ampliou o desemprego e comprometeu o acesso à educação e à saúde, reforçando a necessidade de políticas públicas robustas e coordenadas para a promoção da inclusão social (World Bank, 2021).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a superação das desigualdades sociais e a promoção da inclusão exigem abordagens integradas e interdisciplinares, que considerem a complexidade dos processos sociais. A Sociologia do Desenvolvimento, ao articular diferentes perspectivas teóricas e empíricas, oferece importantes ferramentas analíticas para a compreensão desses fenômenos, contribuindo para a construção de estratégias mais eficazes de desenvolvimento

## TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A relação entre tecnologia e desenvolvimento ocupa posição central nos debates contemporâneos da Sociologia do Desenvolvimento, sendo compreendida como um dos principais vetores de transformação das estruturas econômicas, sociais e culturais. Historicamente, a tecnologia tem sido associada ao progresso material e à expansão das capacidades produtivas, desempenhando papel decisivo na configuração das desigualdades entre nações e regiões. Contudo, a análise sociológica desse fenômeno exige uma abordagem crítica que considere não apenas os benefícios potenciais das inovações tecnológicas, mas também seus efeitos contraditórios e assimétricos.

Desde as primeiras formulações teóricas sobre desenvolvimento, a tecnologia foi concebida como elemento estratégico para a modernização das sociedades. No âmbito da teoria da modernização, Rostow (1960) enfatiza a importância do avanço tecnológico como condição necessária para a transição das economias tradicionais para sociedades industrializadas. Nesse contexto, a inovação tecnológica era vista como um fator exógeno, capaz de impulsionar o crescimento econômico e promover a integração dos países periféricos ao sistema global. Essa perspectiva, embora influente, foi posteriormente criticada por sua visão linear e universalizante do desenvolvimento, desconsiderando as especificidades históricas e estruturais das sociedades.

Em contraposição, a teoria da dependência problematizou a relação entre tecnologia e desenvolvimento ao evidenciar que o acesso às inovações tecnológicas está profundamente condicionado pelas relações de poder no sistema capitalista internacional. Cardoso e Faletto (1970) argumentaram que os países periféricos tendem a incorporar tecnologias de forma subordinada, reproduzindo padrões de dependência e limitando sua capacidade de desenvolvimento autônomo. Nesse sentido, a tecnologia deixa de ser um instrumento neutro e passa a ser compreendida como um elemento inserido em relações de dominação e desigualdade.

A partir da década de 1980, com o avanço da globalização e a intensificação das transformações tecnológicas, especialmente no campo da informática e das telecomunicações, emergiram novas abordagens teóricas que passaram a enfatizar o papel da informação e do conhecimento como fatores centrais do desenvolvimento. Nesse contexto, a noção de “sociedade em rede”, proposta por Castells, destaca que a tecnologia da informação redefine as bases da organização social, econômica e política, promovendo a emergência de uma nova lógica de desenvolvimento baseada na circulação de fluxos informacionais (Castells, 1999).

A revolução digital, caracterizada pela disseminação da internet, da computação em nuvem, da inteligência artificial e das tecnologias de comunicação, tem provocado mudanças profundas nas formas de produção, trabalho e sociabilidade. Essas transformações têm sido interpretadas por diversos autores como a transição para uma nova fase do capitalismo, frequentemente denominada de capitalismo informacional ou capitalismo digital. Nesse modelo, o conhecimento e a inovação tornam-se os principais ativos econômicos, substituindo gradualmente os fatores tradicionais de produção, como terra e trabalho (Schumpeter, 1982; Castells, 1999).

No entanto, apesar do potencial transformador das tecnologias digitais, sua distribuição desigual tem contribuído para a ampliação das disparidades sociais

e econômicas, tanto entre países quanto no interior das sociedades. A chamada “divisão digital” refere-se às diferenças no acesso, uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação, evidenciando que o desenvolvimento tecnológico não ocorre de maneira homogênea. Países com maior capacidade de investimento em infraestrutura, educação e inovação tendem a se beneficiar mais intensamente das oportunidades geradas pela economia digital, enquanto regiões menos desenvolvidas enfrentam dificuldades para acompanhar esse processo (Norris, 2001; Van Dijk, 2005).

Além disso, a tecnologia também desempenha papel ambivalente no mundo do trabalho. Por um lado, a automação e a digitalização aumentam a produtividade e criam novas oportunidades de emprego em setores intensivos em conhecimento. Por outro, essas mesmas transformações podem levar à substituição de trabalhadores por máquinas, à precarização das relações de trabalho e à intensificação das desigualdades ocupacionais. A chamada Indústria 4.0, caracterizada pela integração de sistemas ciberfísicos, internet das coisas e inteligência artificial, exemplifica essa dualidade, ao mesmo tempo em que amplia a eficiência produtiva e coloca desafios significativos para a inclusão social e a proteção do trabalho (Brynjolfsson; McAfee, 2014; Schwab, 2016).

No campo do desenvolvimento sustentável, a tecnologia tem sido apontada como uma ferramenta essencial para enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental. Inovações em energias renováveis, agricultura sustentável e gestão de resíduos demonstram o potencial das tecnologias para promover modelos de desenvolvimento mais equilibrados e responsáveis. No entanto, a adoção dessas soluções depende de fatores políticos, econômicos e institucionais, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficazes e de cooperação internacional (Sachs, 2015).

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre tecnologia e poder. A concentração de recursos tecnológicos em grandes corporações globais tem levantado preocupações sobre a governança da tecnologia e seus impactos na soberania dos Estados. Empresas de tecnologia exercem influência significativa sobre a economia, a política e a cultura, controlando fluxos de informação e dados em escala global. Esse fenômeno tem sido analisado por autores que discutem o capitalismo de vigilância, destacando os riscos associados à coleta massiva de dados e à manipulação de comportamentos (Zuboff, 2019).

No contexto latino-americano, a relação entre tecnologia e desenvolvimento apresenta características específicas, marcadas por desigualdades estruturais e limitações institucionais. Embora haja avanços em setores tecnológicos, muitos países da região ainda enfrentam desafios relacionados à dependência tecnológica, à baixa capacidade de inovação e à insuficiência de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Nesse cenário, políticas públicas voltadas para a educação, a ciência e a tecnologia tornam-se fundamentais para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável (Cimoli; Dosi; Stiglitz, 2009).

Ademais, as abordagens decoloniais têm contribuído para uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia no desenvolvimento, questionando a imposição de modelos tecnológicos baseados em padrões ocidentais. Essas perspectivas defendem a valorização de saberes locais e tecnologias apropriadas, capazes de responder às necessidades específicas das comunidades. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico deve ser pensado de forma contextualizada, respeitando

a diversidade cultural e promovendo a autonomia dos povos (Escobar, 2010).

Importante destacar, contudo, que a pandemia de COVID-19 evidenciou de maneira contundente a centralidade da tecnologia no funcionamento das sociedades contemporâneas. O uso intensivo de ferramentas digitais para trabalho remoto, educação a distância e serviços de saúde demonstrou tanto o potencial das tecnologias quanto as desigualdades no acesso a esses recursos. Esse contexto reforçou a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a tecnologia desempenha um papel complexo e multifacetado no desenvolvimento. Sua capacidade de promover transformações positivas depende de fatores estruturais, institucionais e políticos que condicionam sua distribuição e uso. Assim, a Sociologia do Desenvolvimento deve continuar a investigar criticamente essas dinâmicas, contribuindo para a construção de modelos de desenvolvimento mais justos, inclusivos e sustentáveis.

Conforme analisa Norris (2001), a relação entre tecnologia e desenvolvimento não pode ser compreendida de forma determinista ou linear. Ao contrário, trata-se de um processo histórico e socialmente construído, marcado por disputas de poder, interesses econômicos e contextos culturais. A análise sociológica desse fenômeno permite revelar as contradições inerentes ao desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para sua utilização em benefício do bem-estar coletivo.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

Acosta (2016) observa que a Sociologia do Desenvolvimento, enquanto campo dinâmico e interdisciplinar, encontra-se em um momento de inflexão teórica e metodológica diante das transformações estruturais que marcam o século XXI. As mudanças nos padrões de produção, a intensificação da globalização, a crise ambiental, as desigualdades persistentes e as inovações tecnológicas têm demandado novas abordagens analíticas que transcendam os paradigmas clássicos. Nesse sentido, as perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento apontam para uma reconfiguração epistemológica, caracterizada pela incorporação de novos referenciais teóricos, pela valorização da pluralidade de saberes e pela ampliação do escopo analítico do desenvolvimento.

Um dos principais eixos que orientam o futuro do campo refere-se à superação das concepções tradicionais de desenvolvimento centradas no crescimento econômico. Desde as críticas formuladas por Amartya Sen, ao propor o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas, observa-se uma inflexão paradigmática que desloca o foco da análise para as capacidades humanas e para a qualidade de vida (Sen, 2010). Essa abordagem, ao enfatizar dimensões como saúde, educação e participação social, contribui para uma compreensão mais abrangente e normativa do desenvolvimento, influenciando políticas públicas e agendas internacionais, como o IDH e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto, a sustentabilidade emerge como um dos pilares centrais das

perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento. A crise ambiental global, evidenciada pelas mudanças climáticas, pela perda de biodiversidade e pela degradação dos ecossistemas, impõe limites ao modelo de crescimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais. Autores como Sachs defendem a necessidade de um desenvolvimento sustentável que articule crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental (Sachs, 2008). Essa abordagem implica uma reorientação das políticas de desenvolvimento, incorporando princípios de responsabilidade intergeracional e justiça ambiental.

A centralidade da questão ambiental também tem impulsionado o diálogo entre a Sociologia do Desenvolvimento e a Sociologia Ambiental, ampliando o campo de análise e promovendo a integração de diferentes perspectivas teóricas. Nesse sentido, o conceito de “Antropoceno” tem sido amplamente debatido como uma categoria analítica que evidencia o impacto das atividades humanas sobre o sistema terrestre, exigindo novas formas de governança global e de organização social (Steffen et al., 2015). A incorporação dessas discussões no campo do desenvolvimento reforça a necessidade de abordagens sistêmicas e transdisciplinares.

Outro eixo relevante diz respeito à emergência das perspectivas decoloniais e pós-desenvolvimentistas, que têm desafiado os fundamentos epistemológicos do campo. Essas abordagens criticam a universalização de modelos ocidentais de desenvolvimento e denunciam os processos históricos de colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005). A partir dessa crítica, propõe-se a valorização de epistemologias do Sul e de formas alternativas de organização social, como o “bem viver”, inspirado nas cosmovisões indígenas andinas (Acosta, 2016). Essas perspectivas apontam para a necessidade de reconhecer a diversidade cultural e de promover um diálogo intercultural na construção de caminhos de desenvolvimento.

A incorporação das perspectivas decoloniais implica também uma revisão crítica das categorias analíticas utilizadas pela Sociologia do Desenvolvimento, questionando conceitos como progresso, modernidade e atraso. Nesse sentido, autores como Escobar defendem a construção de um “pluriverso”, no qual múltiplas formas de vida e de organização social coexistam sem hierarquias impostas (Escobar, 2018). Essa proposta representa uma ruptura com o paradigma desenvolvimentista tradicional, abrindo espaço para alternativas que valorizem a autonomia dos povos e a sustentabilidade dos territórios.

Nesse sentido, a globalização continua a desempenhar um papel central nas transformações do desenvolvimento, embora suas dinâmicas tenham se tornado mais complexas e contraditórias. Se, por um lado, a integração econômica global tem promovido o crescimento em algumas regiões, por outro, tem aprofundado desigualdades e vulnerabilidades. Stiglitz (2022) destaca que a globalização, quando não acompanhada de mecanismos adequados de regulação, pode gerar exclusão social e instabilidade econômica. Nesse contexto, a Sociologia do Desenvolvimento é chamada a analisar criticamente os impactos da globalização, considerando suas múltiplas dimensões e suas implicações para diferentes grupos sociais.

A ascensão das economias emergentes, especialmente no Sul Global, também configura um elemento importante nas perspectivas futuras do campo. Países como China, Índia e Brasil têm desempenhado um papel crescente na eco-

nomia mundial, desafiando a hegemonia tradicional dos países desenvolvidos e redefinindo as relações internacionais. Essa reconfiguração geopolítica exige novas abordagens analíticas que considerem a multipolaridade do sistema global e as especificidades dos processos de desenvolvimento nesses contextos (Arrighi, 2008). Além disso, a cooperação Sul-Sul tem se consolidado como uma alternativa às formas tradicionais de ajuda ao desenvolvimento, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de capacidades locais.

Outro aspecto central nas perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento refere-se ao impacto das transformações tecnológicas. A chamada Quarta Revolução Industrial, caracterizada pela digitalização, pela automação e pela inteligência artificial, tem alterado profundamente os padrões de produção, trabalho e consumo. Segundo Schwab (2016), essas transformações apresentam tanto oportunidades quanto desafios, podendo contribuir para o aumento da produtividade e da inovação, mas também para a intensificação das desigualdades e da precarização do trabalho. Nesse sentido, a Sociologia do Desenvolvimento deve analisar criticamente os efeitos dessas tecnologias, considerando suas implicações sociais, econômicas e éticas.

A digitalização da economia e da sociedade também tem promovido novas formas de inclusão e exclusão, configurando o que alguns autores denominam “divisão digital”. O acesso desigual às tecnologias da informação e comunicação pode reproduzir e aprofundar desigualdades existentes, limitando as oportunidades de desenvolvimento para determinados grupos sociais (Castells, 1999). Por outro lado, as tecnologias digitais também podem ser utilizadas como ferramentas de empoderamento, facilitando o acesso à informação, à educação e à participação política. Essa ambivalência reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e a regulação das plataformas tecnológicas.

No campo das políticas públicas, observa-se uma crescente valorização de abordagens participativas e territoriais, que buscam envolver as comunidades locais na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento. Essa tendência reflete uma crítica aos modelos top-down, que muitas vezes desconhecem as especificidades locais e as necessidades das populações. Sen e Nussbaum (2011) destacam a importância da participação e da agência dos indivíduos como elementos centrais do desenvolvimento humano. Nesse contexto, a Sociologia do Desenvolvimento deve contribuir para a construção de modelos mais democráticos e inclusivos de governança.

A questão das desigualdades sociais permanece como um dos principais desafios para o desenvolvimento contemporâneo. Apesar dos avanços em algumas áreas, a concentração de renda e riqueza continua a ser uma característica marcante do sistema capitalista global. Piketty demonstra que, sem mecanismos de redistribuição, as desigualdades tendem a se perpetuar e a se intensificar ao longo do tempo (Piketty, 2014). Nesse sentido, a Sociologia do Desenvolvimento deve analisar as causas estruturais das desigualdades e propor alternativas que promovam maior equidade social.

Além das desigualdades econômicas, é fundamental considerar as desigualdades de gênero, raça e etnia, que interagem de forma complexa e produzem múltiplas formas de exclusão. As abordagens interseccionais têm ganhado destaque ao evidenciar como diferentes sistemas de opressão se articulam e impactam o acesso a recursos e oportunidades (Crenshaw, 1989). A incorporação

dessas perspectivas na Sociologia do Desenvolvimento contribui para uma análise mais abrangente e sensível às diversidades sociais.

No âmbito metodológico, as perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento apontam para a necessidade de inovação e pluralidade. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos, bem como o uso de novas tecnologias de análise de dados, pode enriquecer a compreensão dos fenômenos sociais. Além disso, a valorização de metodologias participativas e colaborativas permite a inclusão de diferentes vozes no processo de produção do conhecimento, contribuindo para a democratização da ciência.

Diante da complexidade dos problemas contemporâneos, torna-se cada vez mais evidente que nenhuma disciplina isolada é capaz de oferecer respostas completas. Acosta (2016) compreende que a Sociologia do Desenvolvimento deve, portanto, intensificar suas interfaces com outras áreas do conhecimento, como a Economia, a Ciência Política, a Ecologia e os Estudos Culturais, promovendo abordagens integradas e sistêmicas.

Por fim, as perspectivas futuras da Sociologia do Desenvolvimento estão intimamente relacionadas à capacidade do campo de se adaptar às transformações em curso e de contribuir para a construção de alternativas mais justas e sustentáveis. Isso implica não apenas a produção de conhecimento acadêmico, mas também o engajamento com a sociedade e com os processos de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, a Sociologia do Desenvolvimento deve assumir um papel crítico e propositivo, articulando teoria e prática na busca por soluções para os desafios contemporâneos.

No mais, é salutar compreender que o futuro da Sociologia do Desenvolvimento será marcado por uma crescente complexidade e por uma pluralidade de abordagens, tendo em vista principalmente o que propôs Sem (2010) e Sachs (2008) sobre esse universo multifacetado da própria área. A incorporação de perspectivas críticas, a valorização da diversidade cultural, a atenção às questões ambientais e tecnológicas, e o compromisso com a justiça social constituem elementos fundamentais para a consolidação do campo. Ao enfrentar esses desafios, a Sociologia do Desenvolvimento reafirma sua relevância como ferramenta analítica e como instrumento de transformação social.



Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A presente monografia teve como objetivo central analisar a Sociologia do Desenvolvimento a partir de uma abordagem teórica e crítica, articulando três eixos fundamentais: a propedêutica, o estado do conhecimento e as perspectivas futuras do campo. Ao longo do trabalho, buscou-se evidenciar que o desenvolvimento, enquanto categoria analítica e prática social, não pode ser compreendido de forma reducionista, limitada ao crescimento econômico, mas deve ser interpretado como um fenômeno multidimensional, historicamente construído e atravessado por relações de poder, desigualdade e diversidade cultural.

A análise propedêutica permitiu compreender os fundamentos teóricos que estruturam a Sociologia do Desenvolvimento, destacando as contribuições das principais correntes clássicas, como a teoria da modernização, a teoria da dependência e a abordagem do sistema-mundo. Cada uma dessas perspectivas ofereceu importantes instrumentos analíticos para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento, embora também apresente limitações que foram sendo progressivamente evidenciadas pela crítica acadêmica. A teoria da modernização, por exemplo, contribuiu para a sistematização de modelos explicativos baseados na ideia de progresso linear, mas foi criticada por seu caráter eurocêntrico e por desconsiderar as especificidades históricas dos países periféricos. Por sua vez, a teoria da dependência trouxe uma importante contribuição ao evidenciar as relações estruturais de dominação no sistema capitalista global, embora, em alguns casos, tenha sido criticada por um certo determinismo estrutural.

Nesse sentido, um dos principais avanços identificados no campo da Sociologia do Desenvolvimento refere-se à ampliação e à diversificação dos referenciais teóricos, especialmente a partir da incorporação de abordagens críticas e interdisciplinares. O surgimento de perspectivas como o pós-desenvolvimento e a decolonialidade representou uma ruptura significativa com os paradigmas tradicionais, ao questionar a universalidade do conceito de desenvolvimento e ao valorizar a pluralidade de experiências e saberes. Essas abordagens contribuíram para deslocar o foco da análise, promovendo uma reflexão mais sensível às dimensões culturais, simbólicas e territoriais do desenvolvimento.

Ao analisar o estado do conhecimento, foi possível identificar uma crescente complexificação do campo, tanto em termos temáticos quanto metodológicos. A literatura recente evidencia uma ampliação significativa dos objetos de estudo, incorporando temas como sustentabilidade ambiental, desigualdade social, globalização, inovação tecnológica e políticas públicas. Essa diversificação reflete não apenas as transformações sociais em curso, mas também a necessidade de abordagens mais integradas e interdisciplinares, capazes de dar conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos.

A centralidade da sustentabilidade no debate contemporâneo destaca-se como um dos principais eixos estruturantes da Sociologia do Desenvolvimento na atualidade. A crise ambiental global impõe limites ao modelo tradicional de crescimento econômico, exigindo a construção de novas formas de desenvolvimento que conciliem eficiência econômica, justiça social e preservação ambiental. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como uma tentativa de integrar essas dimensões, embora também seja objeto de críticas, especialmente no que diz respeito à sua operacionalização e à sua capacidade de promover mudanças estruturais efetivas.

Outro aspecto relevante identificado no estado da arte refere-se à persistên-

cia das desigualdades sociais, que continuam a representar um dos principais desafios para o desenvolvimento global. Apesar dos avanços em áreas como saúde e educação, a concentração de renda e riqueza, bem como as desigualdades de gênero, raça e território, permanecem como características estruturais das sociedades contemporâneas. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de abordagens analíticas que considerem a interseccionalidade das desigualdades.

A globalização, por sua vez, foi analisada como um fenômeno ambivalente, capaz de gerar tanto oportunidades quanto desafios. Se, por um lado, a integração econômica global tem contribuído para o crescimento de algumas economias, por outro, tem aprofundado assimetrias e vulnerabilidades, especialmente nos países periféricos. Nesse sentido, a Sociologia do Desenvolvimento deve continuar a desempenhar um papel crítico na análise dos impactos da globalização, buscando compreender suas múltiplas dimensões e suas implicações para diferentes grupos sociais.

No que diz respeito às perspectivas futuras, o estudo evidenciou que a Sociologia do Desenvolvimento tende a se consolidar como um campo cada vez mais plural e interdisciplinar, incorporando novas abordagens teóricas e metodológicas. A valorização de epistemologias do Sul, a incorporação de perspectivas decoloniais e o reconhecimento da diversidade cultural representam avanços importantes na construção de um campo mais inclusivo e sensível às especificidades locais. Essas perspectivas apontam para a necessidade de superar modelos universais e homogêneos de desenvolvimento, promovendo alternativas baseadas na autonomia dos povos e na sustentabilidade dos territórios.

A emergência das transformações tecnológicas, especialmente no contexto da chamada Quarta Revolução Industrial, também se configura como um elemento central nas perspectivas futuras do campo. As tecnologias digitais, a automação e a inteligência artificial têm potencial para transformar profundamente as estruturas produtivas e as relações de trabalho, gerando tanto oportunidades quanto desafios. A Sociologia do Desenvolvimento deve, portanto, analisar criticamente esses processos, considerando seus impactos sobre o emprego, a desigualdade e a inclusão social.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se a necessidade de inovação e pluralidade, com a combinação de diferentes estratégias de pesquisa e a valorização de abordagens participativas. A produção do conhecimento em Sociologia do Desenvolvimento deve ser orientada não apenas pela rigorosidade científica, mas também pelo compromisso com a transformação social, envolvendo diferentes atores e promovendo o diálogo entre academia e sociedade.

Diante da complexidade dos desafios contemporâneos, torna-se evidente que a compreensão do desenvolvimento exige a articulação de diferentes áreas do conhecimento. A Sociologia do Desenvolvimento, nesse sentido, deve atuar como um campo integrador, capaz de dialogar com outras disciplinas e de contribuir para a construção de soluções mais abrangentes e eficazes. As contribuições deste estudo concentram-se na sistematização crítica do campo da Sociologia do Desenvolvimento, oferecendo uma análise que articula fundamentos teóricos, estado do conhecimento e perspectivas futuras. Ao reunir diferentes abordagens e autores, o trabalho contribui para o aprofundamento das discussões e para a identificação de caminhos possíveis para o avanço das pesquisas

na área.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, o estudo baseia-se na análise de produções já existentes, o que pode restringir a incorporação de experiências empíricas mais recentes ou de contextos específicos. Além disso, a amplitude do tema implica a necessidade de recortes analíticos, o que pode limitar a profundidade de algumas discussões. Nesse sentido, futuras pesquisas podem explorar estudos de caso, análises comparativas e abordagens empíricas que complementem a reflexão teórica aqui desenvolvida.

Como sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar a análise das relações entre desenvolvimento e tecnologia, especialmente no que diz respeito aos impactos da digitalização e da inteligência artificial sobre o trabalho e a desigualdade social. Além disso, estudos que explorem experiências locais de desenvolvimento, especialmente em contextos do Sul Global, podem contribuir para a construção de alternativas mais contextualizadas e sustentáveis. A investigação de políticas públicas inovadoras e de práticas de governança participativa também se apresenta como uma agenda promissora para o campo.

Por fim, cabe destacar que a Sociologia do Desenvolvimento mantém sua relevância como campo de investigação e como instrumento de análise crítica das transformações sociais contemporâneas. Em um mundo marcado por crises múltiplas — econômicas, sociais, ambientais e políticas —, a compreensão dos processos de desenvolvimento torna-se ainda mais urgente e necessária. Nesse contexto, a Sociologia do Desenvolvimento deve continuar a desempenhar um papel fundamental na construção de diagnósticos e na proposição de alternativas que contribuam para a promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Dessa forma, esta monografia reafirma a importância de uma abordagem crítica, interdisciplinar e plural para a análise do desenvolvimento, reconhecendo sua complexidade e sua centralidade nas discussões contemporâneas, de modo que ela buscou articular teoria, análise e reflexão prospectiva, o estudo contribui para o fortalecimento do campo e para a construção de novos caminhos que possam orientar práticas e políticas voltadas ao desenvolvimento humano em sua dimensão mais ampla e integral.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. New York: Crown Business, 2012.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALONSO, Alexandre Motta. **Sociologia ambiental: modernização ecológica e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: CRV, 2016.
- ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. Desenvolvimento sustentável, ética e sustentabilidade econômica mundial. **Revista GeoTemas**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 2, p. 134–150, 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? In: VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio; MADOERY, Oscar (org.). **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosario: Homo Sapiens, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew. **The second machine age**. New York: Norton, 2014.
- BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza (org.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 123–152.
- CALIXTO, Marcela Furtado; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; IMPERADOR, Adriana Maria. Da Sociologia Ambiental à Sociologia da Sustentabilidade: avanços por meio do estado da arte. **Cadernos de Campo** (Araraquara), Araraquara, v. 29, n. 1, p. 1–20, 2023.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPAL. **A ineficiência da desigualdade**. Santiago: CEPAL, 2018.
- CEPAL. **Panorama social da América Latina**. Santiago: CEPAL, 2021.
- CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STIGLITZ, Joseph. **Industrial policy and development: the political economy of capabilities accumulation**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.1, n.12, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EISENSTADT, Shmuel N. Multiple modernities. **Daedalus**, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third**

- World. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEREFFI, Gary. **Global value chains and development**. Cambridge University Press, 2018.
- GUDYNAS, Eduardo. **Buen vivir: today's tomorrow**. *Development*, v. 54, n. 4, p. 441–447, 2011.
- GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador y nuevos extractivismos**. *Nueva Sociedad*, n. 237, 2012.
- HETTNE, Björn. **Thinking about development: development matters**. London: Zed Books, 2009.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Curitiba: Appris, 2019.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax: Fernwood Publishing, 2013.
- MIGNOLO, Walter. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.
- NORRIS, Pippa. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NUSSBAUM, Martha. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- O'DONNELL, Guillermo. **Estado, democratização e cidadania**. *Lua Nova*, n. 28-29, 1993.
- OLIVEIRA, Murilo Luiz Gentil de; GENTIL, Bruna Guimarães. **Desenvolvimento sustentável: em busca de um conceito**. *Revista Binacional Brasil-Argentina*, Vitória da Conquista, v. 12, n. 2, p. 45–63, 2023.
- ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015.
- PARSONS, Talcott. **The social system**. New York: Free Press, 1964.
- PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of development: contentions, arguments, alternatives**. New York: Guilford Press, 2015.
- PEREIRA, João et al. **Desenvolvimento e desigualdade no Brasil contemporâneo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. 1-20, 2021.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987–2005): an oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005.
- ROBERTS, J. Timmons; PARKS, Bradley. **A climate of injustice**. Cambridge: MIT Press, 2007.
- ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SACHS, Jeffrey. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHWAB, Klaus. **The fourth industrial revolution**. Geneva: World Economic Forum, 2016.
- SCOONES, Ian. The politics of sustainability and development. **Annual Review of Environment and Resources**, 2016.
- SEERS, Dudley. The meaning of development. **International Development Review**, v. 11, n. 4, p. 2–6, 1969.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA JUNIOR, Roberto Donato da; FERREIRA, Leila da Costa. Sustentabilidade, entre Ecologia e Sociologia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. 54, p. 1–18, 2023.
- SILVA, Maria; SOUZA, Carlos. Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 3, p. 456-478, 2020.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SKOCPOL, Theda. Wallerstein's world capitalist system: a theoretical and historical critique. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 1075-1090, 1977.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- STEFFEN, Will et al. The trajectory of the Anthropocene. **The Anthropocene Review**, v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015.
- STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents**. New York: W.W. Norton, 2002.
- THERBORN, Göran. **The killing fields of inequality**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- TILLY, Charles. **Durable inequality**. Berkeley: University of California Press, 2006.
- TODARO, Michael; SMITH, Stephen. **Economic development**. 13. ed. Boston: Pearson,

2020.

TORRES, Maria Valdilia Noguera; BALASSIANO, Laila Klotz de Almeida. Educação ambiental e princípio de sustentabilidade no mundo moderno. **Revista Práxis**, Volta Redonda, v. 9, n. 18, p. 95–108, 2017.

UNDP. **Human Development Report 2020**. New York: United Nations Development Programme, 2020.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, 2015.

VAN DIJK, Jan. **The deepening divide: inequality in the information society**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2021**. Washington, DC: World Bank, 2021.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**. New York: PublicAffairs, 2019.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Agenda 2030 – 13, 20, 23  
América Latina – 17, 29, 35  
Amartya Sen – 16, 19, 31

## B

Bem viver – 20, 29

## C

Capitalismo – 12, 17, 25  
Crescimento econômico – 12, 16, 18, 31

## D

Desenvolvimento (conceito) – 12, 16–20  
Desenvolvimento sustentável – 16, 19–20, 29  
Desigualdade social – 12, 28–29  
Dependência (teoria) – 12, 17, 24–25, 28

## E

Epistemologias do Sul – 20, 28  
Estado do conhecimento – 13, 27–30

## G

Globalização – 13, 28–29

## I

Industrialização – 16, 29  
Inovação – 28

## M

Modernização (teoria) – 12, 17, 24, 28  
Mudanças climáticas – 13, 19, 29

## P

Pós-desenvolvimento – 12, 20, 30  
Políticas públicas – 13, 20

## S

Sistema-mundo (teoria) – 12, 17, 25, 28  
Sociologia do desenvolvimento – 12–13, 16, 27  
Sustentabilidade – 13, 19, 29

## T

Tecnologia – 13, 21, 29  
Teorias clássicas – 24–26

**A** obra analisa a Sociologia do Desenvolvimento como campo interdisciplinar, explorando sua evolução teórica, fundamentos conceituais e principais correntes explicativas. Discute a transição de uma visão economicista para abordagens multidimensionais que incorporam aspectos sociais, culturais e ambientais. Sistematiza o estado do conhecimento, destacando temas emergentes como desigualdade, globalização e sustentabilidade. Por fim, reflete sobre os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras, defendendo modelos de desenvolvimento mais inclusivos, críticos e plurais.

ISBN 978-65-84364-37-0

